



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE MARÇO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Moção de censura ao Governo n.º 2/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 571 e 580/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 756 a 766, 768 e 771/XVI/1.ª.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à retoma de mandato de um Deputado da IL e de um Deputado do PS.

Na abertura do debate da Moção de censura ao Governo

n.º 2/XVI/1.ª (PCP) — Travar a degradação da situação nacional, por uma política alternativa de progresso e desenvolvimento, intervieram o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP) e o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Miguel Santos](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Salvador Malheiro](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Gonçalo Valente](#), [Joaquim Barbosa](#), [Martim Syder](#), [Sónia Ramos](#), [Ofélia Ramos](#), [Hugo Patrício Oliveira](#), [Gonçalo Lage](#), [Sonia dos Reis](#), [Isabel Fernandes](#) e [Pedro](#)

Roque (PSD), Rui Rocha (IL), Mariana Mortágua (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP), Pedro Nuno Santos (PS), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Carvalho e Marta Martins da Silva (CH), António Mendonça Mendes, João Torres e Pedro Delgado Alves (PS), Alfredo Maia (PCP), Pedro dos Santos Frazão (CH), António Filipe (PCP), Hugo Soares (PSD), Marina Gonçalves (PS), Pedro Pinto (CH) e Alexandra Leitão (PS).

No encerramento do debate, proferiram intervenções o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel) e a Deputada Paula Santos (PCP), tendo, no final, a moção de censura sido rejeitada por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 57 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde, Srs. Deputados, cumprimento ainda o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo.

*Eram 15 horas e 3 minutos.*

As autoridades podem abrir a porta para o público poder assistir à nossa sessão. Entretanto, a Mesa está a organizar as várias solicitações de referência.

*Pausa.*

Há algum expediente que estamos a organizar, para antes de entrarmos na nossa ordem de trabalhos, com algumas retomas de mandatos de Srs. Deputados. Era esta a gestão que o Sr. Secretário da Mesa, com a eficiência habitual, estava a fazer, e peço-lhe então o favor de ler, para já, o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, além da Moção de censura ao Governo n.º [2/XVI/1.ª](#), do PCP, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro os Projetos de Lei n.ºs [571/XVI/1.ª](#) (CH) e [580/XVI/1.ª](#) (IL).

Deram também entrada os Projetos de Resolução n.ºs [756](#), [759](#), [766](#) e [768/XVI/1.ª](#) (PAN); [757/XVI/1.ª](#) (IL); [758/XVI/1.ª](#) (PSD); [760/XVI/1.ª](#) (PS); [761](#), [764](#) e [765/XVI/1.ª](#) (PCP); [762](#) e [771/XVI/1.ª](#) (CDS-PP); e [763/XVI/1.ª](#) (CH).

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário tem mais uma informação para anunciar. Faça favor.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, de acordo com os termos do Parecer n.º 14 da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, de 4 de fevereiro de 2025, informa-se a Câmara da retoma do mandato do Sr. Deputado Bernardo Blanco (IL), do círculo eleitoral de Lisboa.

O Sr. **Presidente**: — Há ainda uma votação que teremos de fazer, pelo que pedia a atenção dos Srs. Deputados.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, em reunião realizada no dia 5 de março de 2025, decidiu emitir parecer no sentido de que a retoma de mandato do Deputado Hernâni Dias (PSD),...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh! Bela entrada...

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — ... do círculo eleitoral de Bragança, cumpre os requisitos legais e tem efeitos a partir do dia 1 de março de 2025, inclusive, cessando automaticamente, nesta data, o exercício do mandato da Deputada Clara de Sousa Alves (PSD).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Terminado o expediente e dada a indicação relativamente a esta votação, aproveito para informar a Câmara de que hoje é o dia de aniversário do Sr. Deputado José Costa, do Partido Socialista. Fica também aqui essa referência.

*Aplausos gerais.*

Antes de entrarmos na nossa ordem de trabalhos, pedia a atenção da Câmara. Sei que tivemos há relativamente pouco tempo uma moção de censura, mas gostaria de voltar a lembrar como se vai organizar o nosso debate, para que não haja dúvidas, embora seja o mesmo modelo da última moção de censura.

Portanto, vamos ter a abertura pelo proponente da moção, neste caso o Partido Comunista Português, e o Sr. Primeiro-Ministro terá o direito a intervir imediatamente a seguir a essa intervenção — isto será o momento da abertura.

Depois do período de abertura, haverá pedidos de esclarecimento relativos às intervenções do proponente e/ou do Sr. Primeiro-Ministro, dispondo cada grupo parlamentar de até 5 minutos para formular o primeiro período de pedidos de esclarecimento, a partir do qual vigorará a regra dos 2 minutos habituais.

Os pedidos de esclarecimento ao proponente da moção e/ou ao Primeiro-Ministro ocorrem também por ordem de inscrição, como habitualmente. Os oradores a quem sejam pedidos esclarecimentos gerirão livremente a maneira de responder, sendo que, nos termos regimentais, o tempo gasto é considerado no tempo atribuído ao grupo parlamentar a que pertence o Deputado.

O encerramento terá a intervenção do Governo, seguida da intervenção do proponente da moção. Findo o debate, passa-se imediatamente à votação, que será eletrónica. No que respeita aos Srs. Deputados que participam remotamente, os mesmos serão chamados a votar nominalmente.

Portanto, é o mesmo regime da última moção de censura.

Srs. Deputados, vamos dar início à nossa ordem do dia, que consiste no debate e votação da Moção de censura ao Governo n.º 2/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Travar a degradação da situação nacional, por uma política alternativa de progresso e desenvolvimento.

Para a intervenção de abertura, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, que dispõe de 12 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Com a autoridade e a coerência de quem, desde a primeira hora, não alimentou expectativas, denunciou e combateu a ação do Governo e recusou qualquer cumplicidade com as suas decisões, incluindo no Orçamento do Estado, o PCP aqui está, hoje, a apresentar uma moção de censura, com o objetivo claro de derrubar o Governo e a sua política.

Esta iniciativa é uma oportunidade e um contributo para credibilizar a vida política nacional e é, simultaneamente, um fator de esperança para abrir o caminho às soluções para os problemas que o País enfrenta.

A vida difícil que as pessoas enfrentam exige que se trave rapidamente a política de destruição do País, que está em curso e agendada por parte do Governo. A sucessão de factos que se acumulam, envolvendo membros do Governo e o próprio Primeiro-Ministro, não é obra do acaso, é a expressão da mistura entre funções públicas e interesses pessoais e da confusão entre a política e o poder económico.

Que o Governo está ao serviço dos interesses dos grupos económicos há muito que sabíamos, e temo-lo aqui denunciado várias vezes. Não surpreenderá, assim, que as relações entre o poder económico e membros do Governo sejam, em si mesmas, hoje, um fator de descredibilização da vida política nacional.

Podem e devem o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro dar todos os esclarecimentos e responder a todas as perguntas, mas daí não surgirão elementos que alterem a inevitável e urgente decisão que hoje se impõe.

Nada que venha agora dizer alterará os factos até hoje conhecidos e que são, por si só, bastantes para concluir que o Governo não tem condições para se manter em funções. A questão não é, nem nunca foi, o que o Sr. Primeiro-Ministro vai fazer a partir de agora, a questão foi e é o que fez até aqui — e o que fez até aqui, como sabe o Sr. Primeiro-Ministro, não podia ter sido feito.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ei!...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A situação em que o Primeiro-Ministro e o Governo se encontram coloca a urgência de uma clarificação. Não a fazer hoje é arrastar a situação e alimentar a degradação da vida política nacional.

Para lá da gravidade dos factos, esta moção de censura não esquece a questão essencial: a política do Governo não só não resolve os problemas do País como os agrava e é hoje, em si mesma, o grande foco dos

problemas. É uma política que promove o agravamento da exploração, das injustiças, das crescentes dificuldades dos trabalhadores, das famílias, da juventude, dos reformados e pensionistas.

O Sr. Primeiro-Ministro pediu clarificação, é hoje o momento dessa mesma clarificação.

No passado sábado, o Sr. Primeiro-Ministro teve a oportunidade de dar um contributo para a elevação da vida política nacional. Podia e devia tê-lo feito, mas não só não o fez como ignorou os factos que o envolvem, não assumiu as suas responsabilidades, fez chantagem, lançou insinuações e falou de um País que não existe.

Ao contrário do que alguns afirmaram — esses sim, de forma precipitada, profundamente desorientados e presos nos seus compromissos —, não foi o PCP que mordeu o isco, foram outros que caíram na rede e no truque que o Governo lançou para garantir, a todo o custo, a sua sobrevivência.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O que o Governo queria, e há quem lhe tenha feito a vontade, era que todos nós nos pronunciássemos a partir dos critérios, dos assuntos e do calendário mais favorável ao Governo.

O Primeiro-Ministro acenou com uma moção de confiança, que não apresentou porque não quis, nem tinha ideia sequer de apresentar. O que lhe sobrou nos truques de linguagem faltou-lhe na coragem e faltou-lhe na transparência.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como é que sabes, ó pá?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas bastou este aceno para que muitos tivessem escorregado na manobra e, de imediato, se enrolassem em tacticismos. Perante o truque, ou se cedia ou se enfrentava, e a resposta do PCP foi rápida e foi clara. Não andamos a brincar à política.

*Risos e protestos do CH.*

Brincar à política é brincar com a vida das pessoas, e é para as pessoas...

**Vozes do PSD:** — Ah!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa está boa!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, há aqui um certo entusiasmo com as minhas afirmações.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É falta de entusiasmo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E é para as pessoas...

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, vou parar o tempo, se faz favor.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Obrigado, há um certo nervosismo.

O Sr. **Presidente:** — Agradecia que tivéssemos condições para o Sr. Deputado poder continuar. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Vou repetir, porque, no meio do barulho, pode não ter sido perceptível: não andamos a brincar à política,...

**Vozes do PSD:** — Andam, andam!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... brincar à política é brincar com a vida das pessoas.

*Protestos do PSD.*

É para as pessoas que queremos uma vida melhor, para os trabalhadores, que põem o País e a economia a funcionar, esses que trabalham por turnos, em horários noturnos, com horários desregulados, na precariedade, com salários que não dão para as suas necessidades. Queremos uma vida melhor para aqueles que trabalharam uma vida inteira e que têm direito a uma reforma com dignidade; para os jovens, que têm o direito a viver e trabalhar no seu próprio País; para as crianças, que precisam de direitos para crescerem saudáveis e serem felizes.

Sr. Primeiro-Ministro, a moção de censura que apresentámos é um fator de esperança para toda esta gente e é um instrumento de confronto com a sua política de exploração, injustiça e desigualdade.

Esta moção é um instrumento de confronto com uma política que submete os interesses nacionais às imposições da União Europeia; que prossegue e acentua os baixos salários e pensões; que prossegue e acentua o aumento dos preços de bens e serviços essenciais, desde logo dos alimentos e da energia; que aprofunda as dificuldades no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, a falta de recursos materiais e humanos na escola pública, as crescentes dificuldades no acesso à habitação, o desinvestimento nos serviços públicos e a desvalorização das micro, pequenas e médias empresas.

Esta é uma moção de censura de confronto com a política que desce o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) para as grandes empresas; que dá cobertura ao assalto de recursos públicos pela multinacional Vinci; e que incentiva a especulação imobiliária, desde logo com a alteração em matéria política de solos.

Todas e cada uma das razões que levaram o PCP a apresentar uma moção de rejeição ao Programa do Governo estão hoje em evidência.

O País real é o País das dificuldades crescentes no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, da falta de médicos, de enfermeiros, de auxiliares, de professores e de tantos e tantos profissionais nos diversos serviços públicos. É o País real das profissões e carreiras desvalorizadas, da precariedade, do mês cada vez maior para os salários e pensões, dos jovens que não encontram no seu próprio País as condições para cá ficarem, da exploração de quem procura no nosso país um local para trabalhar, do drama do acesso à habitação, dos milhares de crianças na situação de pobreza.

É este o País real que se confronta com esse tal Portugal da propaganda e da falhada ideia de que o País está melhor — a vida de quem trabalha é que não!

Esse tal «País melhor» passa ao lado da maioria, mas é um verdadeiro paraíso para um punhado de grupos económicos que não para de amassar lucros e de se apropriar cada vez mais da riqueza produzida por quem trabalha.

A questão que se coloca é de saber e decidir quando se trava isto. É hoje que se trava, ou quando se consumir o assalto aos fundos da Segurança Social? É hoje que se trava, ou quando se tentarem concretizar ainda mais alterações negativas à legislação laboral, mais horas e mais tempo de trabalho, mais precariedade, mais exploração? É hoje, ou quando for entregue a TAP (Transportes Aéreos Portugueses), inserida que está nessa lista imensa de privatizações? É hoje que se trava, ou quando se renovarem as desastrosas parcerias público-privadas rodoviárias ou quando se concretizarem as que estão previstas na saúde? É hoje que se trava, ou quando o Serviço Nacional de Saúde estiver completamente desmantelado? É hoje, ou quando o drama do acesso à habitação assumir proporções ainda maiores? É quando as propinas forem aumentadas e os investigadores despedidos? É hoje se trava, ou quando se concretizarem mais cortes na saúde, nos salários, nas pensões, na cultura, para transferir mais meios e mais recursos para a guerra?

O momento de travar a promiscuidade e a submissão é quando a vida política, económica e social estiver ainda mais degradada e o plano dos grupos económicos e das multinacionais estiver concretizado, ou é agora? Hoje é o dia para travar este caminho de desastre, e fazê-lo só depende da decisão dos Deputados que aqui estão sentados.

A moção de censura do PCP é uma oportunidade para travar agora a política que aí está e para credibilizar a vida política nacional, uma oportunidade para pôr fim à atual crise governativa.

Inviabilizar esta moção é prolongar e acentuar essa mesma crise, essa mesma instabilidade política e a instabilidade na vida de milhões de pessoas no nosso país.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, o seu Governo está derrotado, e isso hoje é uma certeza. O que falta saber é se há hoje a responsabilidade e a vontade de confirmar esse inevitável desfecho ou se há quem opte por salvar o Governo e dar-lhe condições para continuar a prolongar a sua ação, atolando o País na degradação da vida política nacional e acentuando as dificuldades da maioria do nosso povo.

Cada um tem de assumir as suas responsabilidades.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Quem optar por não votar favoravelmente a moção de censura terá de responder por isso e ficará associado ao mais certo desfecho de toda esta situação.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E no dia 28, como é que foi?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ou se condena o Governo e a sua política, ou se lhe dá a mão e o salva. Este não é o tempo para calculismos, não é o tempo para jogos de sombras, não é o tempo para vitimizações, e que ninguém pense que não ficará manchado e passará entre os intervalos da chuva perante a situação com que estamos confrontados.

Este é o tempo de travar o Governo e a sua política. «O povo não quer eleições», dirão alguns, mas o que o povo não quer mesmo é viver cada dia com mais dificuldades, o que o povo não quer mesmo é assistir a uns poucos a enriquecerem às suas custas.

Travar a degradação da situação nacional, abrir caminho a uma política alternativa que responda aos problemas da vida, que responda à exigência de progresso e de desenvolvimento do País, é este o caminho que os trabalhadores, as populações e os jovens estão, com a sua luta e com a sua força, a tomar em mãos. O desfecho deste debate não alterará essa exigência e essa necessidade que, mais cedo do que tarde, se irá impor.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe também de 12 minutos.

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Pela segunda vez em menos de 15 dias, aqui estamos para debater uma moção de censura.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não pode persistir dúvida quanto a o Governo dispor ou não de condições para continuar a executar o seu programa.

O País precisa de clarificação política e este é o momento. Os desafios internos de Portugal assim o exigem e o contexto internacional assim o impõe.

Seria inaceitável, porque contrário ao interesse nacional, que um partido político reiteradamente inviabilizasse moções de censura e depois continuasse a alimentar um clima de suspeição,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e que o fizesse com a intenção declarada de contaminar o ambiente político, com o último e único fito de desgastar o Governo e o Primeiro-Ministro.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não vale a pena disfarçar o indisfarçável. Não podemos brincar com o País e não podemos brincar com a vida dos portugueses.

Temos um Orçamento do Estado; estamos a concretizar o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência); estamos a desenvolver todas as áreas do Programa do Governo — o Programa do Governo que este Parlamento viabilizou! —; estamos a participar no debate e nas decisões sobre o futuro da União Europeia e das nossas alianças internacionais.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estão, estão!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — No meio de tudo isto, os portugueses não percebem tanta agitação política, e todos temos a responsabilidade de lhes responder. Da minha parte e da parte do Governo, não nos furtamos ao escrutínio em todos os domínios. Levámos a transparência aonde nunca ninguém a tinha levado antes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Vozes do L**: — Ah!...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Todos, menos responder a jornalistas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aplicámos a nós próprios o que os responsáveis das oposições nunca aplicaram a eles mesmos,...

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Aplicaram o quê?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas não estamos disponíveis para aqui estar na atmosfera das insinuações e intrigas permanentes, que só têm um objetivo: a degradação da vida política e governativa, com a pretensão de daí tirar dividendos partidários ou mesmo individuais para a concreta situação dos responsáveis dos partidos das oposições.

**Vozes do PSD e do CDS-PP** : — Muito bem!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O País não pode ficar prisioneiro do egoísmo e do taticismo dos responsáveis da oposição.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Este Governo e este Primeiro-Ministro não são da escola do calculismo, da confusão e da politiquice.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Este Governo e este Primeiro-Ministro são da escola do reformismo, da estabilidade e da política pura e nobre.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!



O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por isso, não ficando claro, como resulta das intervenções dos maiores partidos da oposição, que o Parlamento dê todas as condições ao Governo para executar o seu programa, avançaremos para a última oportunidade de o fazer, que é a aprovação de um voto de confiança.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Como sempre disse, só concebo estar aqui devidamente legitimado. Se o Parlamento não legitima o Governo, terá de ser o povo a clarificar a sua vontade e a dizer aos seus representantes o que quer para o seu futuro.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A antecipação de eleições não é desejável, mas será um mal necessário para evitar a degradação das instituições e a perda da estabilidade política por vontade de alguns agitadores.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Numa palavra: se os partidos da oposição não assumem a legitimidade política do Governo para governar, mais vale dois meses de suspensão da estabilidade política do que um ano e meio de degradação e paralisia.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a moção apresentada pelo Partido Comunista Português refere, como questão essencial, a política do Governo. Vamos aos factos: empreendemos uma reforma na Administração Pública para a tornar mais ágil, mais eficiente e mais atrativa; iniciámos um processo de valorização geral e acordámos a melhoria de carreiras como as dos professores, dos polícias, dos militares, dos oficiais de justiça, dos guardas prisionais, dos bombeiros sapadores, dos enfermeiros ou dos médicos; o desemprego está em níveis historicamente baixos e o emprego em níveis historicamente altos; subimos as pensões, aumentámos o complemento solidário para idosos e atribuímos um suplemento extraordinário às pensões mais baixas, ao mesmo tempo que aumentámos as comparticipações para os medicamentos; descemos os impostos sobre o rendimento do trabalho, em especial da classe média e, muito em especial, dos jovens, a quem estamos também a dar uma enorme ajuda no acesso à habitação.

Tudo aponta para termos fechado o ano de 2024 com um crescimento económico melhor do que o esperado e com o melhor desempenho, em cadeia, da União Europeia no 4.º trimestre. Tivemos um superávit orçamental em 2024, e a execução deste ano também começou bem, estando mesmo a diminuir as dívidas a fornecedores.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As agências internacionais continuam a melhorar o *ranking* da República.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A dívida externa já está abaixo dos 60 % do PIB (produto interno bruto),...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... ao contrário do que acontecia em 2010, em que estava acima de 100 %. Decidimos matérias importantes e estratégicas, como a nova localização do aeroporto de Lisboa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O nome! É uma coisa importante...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a alta velocidade ferroviária ou a criação do passe ferroviário verde. Temos em curso um processo de construção de 59 000 habitações públicas;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acabaram com as portagens?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... estabilizámos e aumentámos a regulamentação da imigração; aumentámos o policiamento de proximidade e o combate à criminalidade violenta; estamos a executar o Plano de Emergência e Transformação da Saúde e a resolver muitos dos seus problemas estruturais; estamos a reformular o ensino público, da creche ao ensino superior, dando-lhe mais qualidade e mais exigência; estamos a executar o programa Acelerar a Economia, nele se integrando também a indústria da defesa; estamos a investir na cultura, no desporto, no ambiente, nas instituições sociais.

Vamos, nas próximas semanas, apresentar o maior investimento de sempre no domínio hídrico. Temos investimento público no terreno e muito investimento privado em execução, incluindo neste muito investimento direto estrangeiro.

Portugal é hoje um país cheio de oportunidades e é hoje um país a olhar com muito otimismo, verdadeiro otimismo para o futuro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Nestes 11 meses, conquistámos a estabilidade política e consolidámos a estabilidade económica e financeira.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vê-se, a estabilidade!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pusemos o País em movimento e estamos a resolver muitos dos problemas que afligem a vida das pessoas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Os vossos problemas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o mundo em geral e a Europa em particular enfrentam o seu maior desafio em décadas, porventura o maior desde a Segunda Grande Guerra Mundial. O contexto é grave e o clima de incerteza e de instabilidade internacionais exigem-nos estabilidade política e sentido de responsabilidade: estabilidade política efetiva, e não apenas retórica para encobrir manobras táticas; sentido de responsabilidade genuíno, e não apenas figurado a disfarçar oportunismo político.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Como disse no passado sábado, o País precisa da responsabilidade do Governo e da responsabilidade dos partidos da oposição. Pela minha parte e pela parte do Governo, temos feito tudo nesse sentido. Instei os partidos políticos a declarar sem tibiezas se o Governo tem ou não condições para continuar a executar o seu programa.

Os partidos mais radicais deram resposta negativa e o Partido Socialista, não obstante todas as questões que suscitou terem sido esclarecidas, optou pelo taticismo e pelo oportunismo,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... com o propósito de aprofundar um clima de suspeição e desgastar artificialmente o Governo. Há partidos que assumem com lealdade que querem derrubar o Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É o caso do partido proponente, o Partido Comunista.

O maior partido da oposição quer derrubar o Primeiro-Ministro e o Governo, mas não quer eleições já. Quer que o derrube corresponda a um processo lento, de degradação e desgaste contínuos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Por isso, tem andado com avanços e recuos, ora votando contra moções de censura ora desafiando votos de confiança; ora dizendo que o inquérito parlamentar não é adequado ora dizendo que tem de ser agora e que, se não for agora, tem de ser na próxima Legislatura.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, às vezes, a defesa do interesse nacional e a preservação do regular funcionamento das instituições impõem que tenhamos a coragem de não fugir à clarificação política.

Eu sei, os portugueses não querem jogos de bastidores,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Jogos...!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... não querem truques de retórica, não querem processos de degradação sujos e lentos. Tenho-me esforçado com o Governo para falar sobretudo daquilo que interessa à vida das pessoas. Tenho noção de que as pessoas em casa estão incrédulas, mas, pela minha parte e do Governo, quero assegurar-lhes que estamos sempre focados nas suas vidas, no seu futuro.

No momento da clarificação, cada um assumirá a sua responsabilidade com coragem, com sinceridade, com nobreza, com dignidade. Saber estar e romper a tempo, correr os riscos da adesão e da renúncia, pôr a sinceridade das posições acima dos interesses pessoais — isto é a política que vale a pena.

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vamos a eles!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, como temos muitos pedidos de esclarecimento, peço agora atenção, para que corra tudo bem e em função do tempo afeto aos mesmos.

O Sr. Deputado Paulo Raimundo tem 14 pedidos de esclarecimento, sendo que, destes 14, há 2, do Sr. Deputado Miguel Santos, do PSD, e do Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que se inserem na lógica dos 5 minutos. Depois, os restantes 12 pedidos de esclarecimento são de Deputados do PSD e do Chega.

Portanto, para organizar a sua resposta, em relação ao Sr. Deputado Miguel Santos, tem 5 minutos para responder, se for individualmente. Em relação ao Sr. Deputado André Ventura, também se for individualmente, tem 5 minutos para responder.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os de 5 minutos têm de ser respondidos um a um. É obrigatório!

O Sr. **Presidente:** — Em relação aos outros Srs. Deputados, é a lógica normal: se cada um tiver 2 minutos e o Sr. Deputado responder por grupos de pedidos de esclarecimento, tem 3 minutos para a resposta a cada grupo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, respondo em dois grupos.

O Sr. **Presidente:** — Nesse caso, responderá em dois grupos de seis pedidos de esclarecimento.

Então, Srs. Deputados, peço que deem atenção porque a engenharia do tempo é exigente.

Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Miguel Santos, do PSD, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, habituei-me, ao longo dos tempos, a ouvir o PCP e a imaginar um filme antigo e ultrapassado. Desta vez, não é o caso; é mesmo o filme errado.

Vou explicar-lhe porquê. No início, era um Governo morto à nascença. Ora, o Governo perdura há 11 meses e tem assumido decisões fundamentais para um país que se encontra estável e com um crescimento económico e social: o número de pessoas ativas é o mais elevado de sempre; a economia portuguesa está em crescimento; existe um enorme investimento para recuperar os serviços públicos; o fim da guerra instalada entre várias classes profissionais e o Estado; o alívio fiscal do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares); o aumento do complemento solidário para idosos; os medicamentos gratuitos e o alargamento dos seus beneficiários; um maior investimento na construção de mais habitação; o novo aeroporto e a terceira travessia sobre o Tejo; o Plano de Emergência e Transformação na Saúde; o Plano de Ação para as Migrações; o plano +Aulas +Sucesso para a educação; a Agenda Anticorrupção; a reforma da Administração Pública; o programa Acelerar a Economia.

Enfim, está em curso um verdadeiro plano e uma estratégia de transformação do País, com melhor e maior solidariedade social, como não acontece há muitos anos em Portugal.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — O Primeiro-Ministro tem níveis de aceitação e de popularidade elevados junto do povo português. A oposição não aprecia e não quer. Como não conseguem destruir as políticas do Governo, querem destruir o Primeiro-Ministro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — É um exercício cínico e indigno.

Esta vertigem sem causa ou fundamento a que temos assistido é impulsionada por partidos populistas, mas alimentada por partidos que devem ao País maior institucionalidade e respeito, e coloca gravemente em risco a estabilidade política.

O PCP, os Srs. Deputados, não se importam. O País não é prioritário para os Srs. Deputados.

Total transparência? Sem dúvida! O Primeiro-Ministro declarou tudo e não escondeu nada.

*Risos de Deputados do CH.*

Total transparência? Sem dúvida! Quem não deve não teme. Mas o que estamos aqui a fazer se o Primeiro-Ministro já respondeu sobejamente a todas as questões?

Primeiro, era a casa construída com benefícios fiscais e mais não sei o quê. Como acabou? Não existiu abuso ou benefício, mas sim o arquivamento pelas instâncias judiciais.

Depois, era uma mediadora imobiliária que, mercê de um plano urdido anos antes, iria beneficiar da alteração da lei dos solos em momento e lugar a determinar, mas que seria um evento que aconteceria porventura. Esta historieta caiu após vários dias a debitar nos comentadores.

Agora, é o grandioso problema de ter trabalhado na sua área profissional antes de assumir responsabilidades políticas. Claro que, na mente dos arautos do regime, não podia trabalhar para pessoas ou determinadas empresas porque, em anos futuros, seria eleito Presidente do PSD, a maioria absoluta do Dr. António Costa iria apodrecer e o PSD viria a ganhar eleições, assumindo Luís Montenegro as funções de Primeiro-Ministro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — *House of Cards!*

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Mais, não podia trabalhar para quem o conhecia e nele depositava confiança. E tudo isto porque, nesse tempo futuro, que ainda não ocorreu, podia acontecer a hipótese de o Primeiro-Ministro se encontrar em posição de decidir sobre um hipotético assunto.

Não podia trabalhar. Tinha de viver do favor e do auxílio de familiares? Tinha de viver de empréstimos de amigos?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Oh lá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa não é má!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Não existe mais nenhum político de quem se conheça completamente o seu património e o da sua família,...

**Vozes do PSD:** — É verdade!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — ... os seus rendimentos e os da sua família; nos últimos 15 anos, os bens que adquiriu ele próprio e a sua família, quais as suas fontes de financiamento, formas de pagamento e para quem trabalhou, quando podia trabalhar para quem quisesse. Isto já não é escrutínio legítimo; isto é atirar lama para cima das pessoas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Srs. Deputados, muito rapidamente, pergunto-vos: qual é a alternativa de Governo que propõem para o País e quais as políticas a seguir? Andam os Srs. Deputados a alimentar uma polémica artificial para enlamear o Primeiro-Ministro e lançar o País numa crise política e numa crise das instituições? Esta é a pergunta a que os Srs. Deputados têm de responder, não só nesta Câmara, mas sobretudo ao País e aos portugueses. E aguarda-vos uma moção de confiança.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Santos, agradeço-lhe as questões. Permita-me que lhe diga que o seu questionamento tem a virtude de dar o tom do que vai acontecer nos 12 pedidos de esclarecimento do PSD. O tom está dado do que vai vir desse ponto de vista.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não queria pedidos de esclarecimento?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas permita-me que lhe diga, com todo o respeito, que o Sr. Deputado se enganou na intervenção que fez.

*Risos do PCP.*

Trazia essa encomenda, é compreensível, mas não ouviu nada daquilo que afirmei na minha intervenção inicial. Se tivesse ouvido aquilo que afirmei, 90 % daquilo que afirmou era dirigido para alguém, mas não era dirigido para esta bancada de certeza absoluta.

**Vozes do PSD:** — Era, era!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Essa é que é a verdade.

Sr. Deputado, perguntou quais eram as políticas, qual era a alternativa. Posso dizer-lhe, com toda a franqueza, e temos tempo, que se há aqui alguém que não tem medo de pôr o povo a decidir é o PCP.

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

Também queria dizer-lhe, Sr. Deputado, agradecendo as questões que colocou, que é bom que aproveitemos para fazer a história, o tal filme. Cada um tem os seus gostos, naturalmente, mas o tal filme é simples, é assim: no dia em que o Governo apresentou aqui o seu programa, desta bancada saiu uma moção de rejeição ao Programa do Governo, identificando os aspetos negativos que estão aí todos a confirmar, do ponto de vista das opções políticas. Essa moção de rejeição ao Programa do Governo não foi aprovada.

Demos, e damos, combate político e ideológico às opções de fundo do Governo com as quais estamos em confronto direto. Não abdicamos de o afirmar em nenhum momento, sem insinuações, sem meias-tintas, sem truques, olhos nos olhos, cara a cara, no combate político e ideológico.

Reprovámos o Orçamento do Estado porque sabíamos o que é que isso ia significar no acentuar dos problemas de quem trabalha, de quem trabalhou uma vida inteira, daqueles que não conseguem aceder ao Serviço Nacional de Saúde, no aperto para conseguirem encontrar casa, para poder pagar uma prestação. Sabíamos que ia ser assim e assim está a ser.

Com essa mesma coerência e com esse mesmo combate e confronto com o Governo, aqui estamos nós a apresentar uma moção de censura para derrubar o Governo e a sua política — para derrubar o Governo e a sua política!

Não passamos ao lado dos casos que se acumulam, que ligam diretamente o Sr. Primeiro-Ministro. Se tivéssemos passado ao lado, eu não o tinha referido.

Mas a questão de fundo, aquilo que é preciso inverter de uma vez por todas, é uma política alternativa àquela que tem sido seguida e que tem levado...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ao aumento dos salários!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... à acumulação de 32 milhões de euros de lucros por dia de 19 grupos económicos.

**Vozes do CH:** — É a cassete!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Cassete?! É que essa cassete, Srs. Deputados, é aquela que traduz a brutal injustiça com que o nosso povo vive. E o país que os senhores vivem é aquele país que passa ao lado da maioria da população.

*Protestos do PSD.*

É aquele país que passa ao lado daqueles que trabalham. É aquele país que passa ao lado das dificuldades da vida.

Cada um pega nos números como quiser, mas os números são o que são e os factos são o que são. E é preciso responder ao drama falando nos reformados e nos pensionistas.

Quantos reformados e pensionistas no nosso País recebem menos de 510 € de reforma ou de pensão, Sr. Deputado? Quantos reformados recebem? Cada um que faça a gestão da sua vida com menos de 510 € de pensão e de reforma, que é o que faz mais de 1 milhão de reformados no nosso País, que estão afastados do complemento solidário para idosos e da gratuitidade dos medicamentos.

Como é que se faz? Como é que se resolve o problema neste País? Está melhor? Está sempre melhor! Como é que se resolve o problema neste País, que está melhor, de 3 milhões de trabalhadores?

**Vozes do CH:** — Cassete!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mais uma cassete, Srs. Deputados, de 3 milhões de trabalhadores que ganham até 1000 € de salário bruto por mês. Cada um que faça a gestão da sua vida com esta realidade, para ver!

*Protestos de Deputados do PSD.*

É isto que é preciso mudar, é este rumo que é preciso mudar e é este o caminho do qual o PCP não vai desistir, no combate, no confronto e na apresentação das alternativas que se impõem.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e aos Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Paulo Raimundo, a intervenção prevista para o confronto com o Sr. Deputado ficou ligeiramente perturbada pela declaração do Sr. Primeiro-Ministro de que avançará para uma moção de confiança aqui no Parlamento.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Por acaso!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixe-me começar por dizer o seguinte perante a Câmara: isto só revela uma coisa, que o Primeiro-Ministro de Portugal, com medo do escrutínio e da avaliação parlamentar, escolheu uma fuga para a frente,...

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ao contrário!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... com medo de ser escrutinado pelo Parlamento. Foi isso que aqui aconteceu. E esse medo do escrutínio ficou muito evidente.

Esse medo do escrutínio evidencia, de forma clara e evidente, o quanto o Primeiro-Ministro devia ter sido transparente e não foi, o quanto o Primeiro-Ministro devia ter sido verdadeiro com os portugueses e optou por se esconder. Aquele escrutínio que queria para os líderes da oposição não foi o mesmo que aplicou para si, escondido no Palácio de São Bento todos os dias.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Paulo Raimundo, permitir-me-á este olhos nos olhos com o Sr. Primeiro-Ministro para lhe dizer isto: Sr. Primeiro-Ministro, seja em que circunstância for, cite Sá Carneiro ou não cite Sá Carneiro, quero dizer-lhe, olhos nos olhos, que esta bancada, nestas circunstâncias, jamais lhe dará qualquer voto de confiança para ser Primeiro-Ministro de Portugal.

*Aplausos do CH.*

Jamais lhe dará qualquer voto de confiança!

Sr. Deputado Paulo Raimundo, teremos tempo para questionar o Sr. Primeiro-Ministro. Mas eu estava hoje a perguntar-me, do fundo da minha alma,...

**Vozes do PSD**: — Qual alma?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Somos todos filhos de Deus!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tenho alma também, tenho alma também. Eu tenho, é verdade!

Eu estava a perguntar-me — e fui à procura dessa informação — se o PCP tinha apresentado alguma moção de censura ao Governo de António Costa, mesmo após toda a degradação de serviços públicos e suspeitas graves sobre os membros do Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pesquisei uma vez, pesquisei duas, três, quatro, cinco, seis, e não encontrei nenhuma moção de censura do PCP ao Governo de António Costa. Dirá o Deputado Paulo Raimundo: «Ah, aí, não havia suspeitas!» Não havia suspeitas?! Sr. Deputado, quer que eu lhe apresente uma lista dos suspeitos do PS — membros do Governo e fora dele — e do Governo de António Costa? Alguns ainda andam por aí! Alguns ainda andam por aí! Alguma vez vimos uma moção de censura do PCP? Nunca.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Zero!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PCP não quer censurar Governo nenhum por falta de integridade nenhuma. O PCP quer ser a mesma muleta ideológica do PS que tem sido nos últimos anos.

*Aplausos do CH.*

É isso que o PCP quer, de tal maneira que, no dia em que o Sr. Primeiro-Ministro à noite, naquela intervenção quase ao género da outra das polícias, diz que vai pedir uma clarificação, o PCP pensou: «Agora é que estamos lixados. Uma clarificação! Já somos quatro, passamos para dois ou para um.»

*Risos do CH.*

E, então, o PCP veio logo dizer que, em cima de uma moção de confiança, ia apresentar uma moção de censura. Isto nem inventado!

Quer dizer, há um Governo que diz assim: «Nós vamos pedir ao Parlamento para clarificar.» E o PCP diz: «Não é preciso. Como o Secretário-Geral do PS já disse que vota contra moções de censura, nós vamos meter uma moção de censura.»

*Risos do CH.*

Ó Sr. Deputado Paulo Raimundo, o Sr. Deputado não quer censurar o Governo, o Sr. Deputado quer é evitar eleições para evitar que a esquerda fique ainda mais pequena do que aquilo que já está.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não conseguirá! Não conseguirá! Não conseguirá! Não conseguirá!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Sr. Deputado Paulo Raimundo, não me esqueço das suas palavras quando o Chega, no dia seguinte à capa do jornal *Correio da Manhã*, disse que era necessário escrutinar o Primeiro-Ministro e ter uma comissão de inquérito. Palavras do Deputado Paulo Raimundo: «Comissão de inquérito para quê? Não podemos passar a vida a fazer comissões de inquérito!» À tarde, é questionado novamente e diz: «O problema não é o Primeiro-Ministro, nem os seus negócios, é esta política de direita que destrói o País.»



O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Está a citar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Deputado Paulo Raimundo, vir agora atrás do Chega, duas semanas depois, dizer que quer censurar porque o Primeiro-Ministro não foi verdadeiro, desculpe que lhe diga isto cara a cara: só merecem uma coisa, desaparecer para sempre deste Parlamento.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, tem 5 minutos para responder. Faça favor.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vai puxar as orelhas ao Frazão!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, vai ser mais rápido. Sr. Deputado André Ventura, eu sei que a intervenção do Primeiro-Ministro baralhou um bocadinho a sua tática,...

**Vozes do CH**: — A sua!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... mas não descarregue no PCP a sua ira e, lá do fundo da sua alma, encontre umas palavras para ser justo com o PCP.

*Risos de Deputados do CH.*

Não sei se percebi bem a sua intervenção, mas, como lhe digo, não descarregue em nós a ira da confusão que a intervenção do Primeiro-Ministro lhe deu.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Já agora, se me permite, não sei se o Sr. Deputado se estava a referir à afirmação de um dirigente do seu partido que, no sábado à noite, disse que o Chega ia votar a favor da moção de censura...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é verdade!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... e ontem afirmou que se ia abster.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não tínhamos o trunfo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não sei se é a isso que se está a referir.

O Sr. Deputado André Ventura pode conseguir evitar muita coisa — e eu também evitarei outras —, mas há uma coisa, de facto, que não foi possível evitar nesta Assembleia: o seu partido estar ao lado de outros partidos na aprovação da redução do IRC em 1 % para os grupos económicos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devia ter sido 2 %!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Fica com essa a acumular no crédito.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

O Sr. **Presidente**: — Peço agora a atenção dos Srs. Deputados.

Vamos avançar para o primeiro grupo de seis pedidos de esclarecimento. Cada um dos Srs. Deputados dispõe de 2 minutos e, depois, o Sr. Deputado Paulo Raimundo terá 3 minutos para responder em conjunto.

O primeiro pedido de esclarecimento cabe ao Sr. Deputado Salvador Malheiro, do PSD. Tem 2 minutos.

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero questionar o Sr. Deputado Paulo Raimundo e desconfio que não acertou no tom, porque vou questioná-lo sobre duas questões muito sensíveis para o Partido Comunista. Falo do combate à erosão costeira e da proteção de ecossistemas naturais.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isto é uma moção de censura!

O Sr. **Salvador Malheiro** (PSD): — Como sabem, sou do distrito de Aveiro, eleito pelo distrito de Aveiro, e, muito recentemente, foi lançado o programa Ria Viva, que preconiza uma série de intervenções na Ria de Aveiro e nas zonas vizinhas; por outro lado, para quem não sabe, neste momento estamos com obras de combate à erosão costeira na Praia do Furadouro, coisa que já não acontecia desde 2014.

E é nesse contexto que pergunto ao Partido Comunista Português se censura este Governo pelo facto de, finalmente, termos obras no terreno em áreas tão sensíveis para o vosso partido ou se a razão de ser desta moção de censura é apenas e só a irresponsabilidade, a motivação para criar uma crise política ou, se calhar, como o Sr. Deputado também disse, brincar com a vida das pessoas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Peço 1 minuto, pois temos de fazer uma retificação.

*Pausa.*

Tinha sido contabilizado mal o tempo e, por isso, estivemos a fazer a respetiva retificação.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, não temos dúvidas de que este Governo merece censura e o Chega aqui estava já há duas semanas.

Mas, sinceramente, olho para o título desta moção — «Travar a degradação da situação nacional [...]» — e pergunto-me: agora? Onde é que os senhores andaram nos últimos 50 anos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — São 50 anos de degradação? Ai é?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Ou melhor, onde é que os senhores andaram nos últimos 10 anos?

Faço minhas as palavras do então Sr. Deputado José Pedro Aguiar-Branco, em 2016: «O Partido Comunista Português passou de rezingão a resignado e suportou um suposto Governo patriótico e de esquerda, denominado de geringonça, que foi nada mais nada menos que o responsável pelo aumento sem precedentes da emigração jovem e pela bandalheira na imigração. Foi o responsável pelo caos no Serviço Nacional de Saúde. Foi o responsável pela desintegração a olhos vistos da escola pública [...], ou pelo sufoco dos trabalhadores que hoje já não votam no PCP e votam, por toda a Europa, na direita que o Chega representa.

*Aplausos do CH.*

Por isso, olho para o título desta moção de censura e pergunto-me: como é que têm a lata de escrever que propõem «uma política alternativa de progresso e desenvolvimento»? Que progresso?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, não interessa!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O do comunismo *woke*? E que desenvolvimento? O de caminharmos para uma república soviética ou para a pobreza de Cuba e da Venezuela?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Valente, do PSD, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, assumo aqui, nesta Casa, com todo o gosto, que tenho um conflito de interesses. Sou baixo-alentejano e pugno pelo interesse do Baixo Alentejo.

Os senhores querem censurar o compromisso, assumido por este Governo, com o distrito de Beja, depois de oito anos de total abandono e esquecimento de que os senhores fizeram parte? Censuram a A26 até Beja, censuram a ampliação e a reabilitação do hospital de Beja, censuram o bloco de rega de Moura, censuram o aumento do rendimento dos agricultores?

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Deviam era censurar o Governo socialista que apoiaram, esse, sim, responsável pelo atraso deste território.

Agora que temos um Governo que, finalmente, olha para os baixo-alentejanos e que mostra que Beja existe deixem, por favor, trabalhar quem quer, quem pode, mas, acima de tudo, quem tem vontade de melhorar a vida das pessoas.

Querem censurar Beja? Assumam-no!

Sr. Primeiro-Ministro, eu acredito muito em si.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, tenho a honra de ser Deputado pelo círculo eleitoral de Braga e quero saber o posicionamento do PCP. Ou seja, quero saber se o PCP censura o atual Governo pelo desatar do Nó de Infias, que foi objeto de marasmo e atraso pelos Governos do PS e da geringonça, do qual o PCP também foi responsável.

Além de Braga, esta é uma obra capital para Vila Verde, Amares, Terras de Bouro, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, que afeta mais de 5000 carros por dia. Sobre a variante do Cávado, querem censurar também?

Quero saber se o PCP censura o atual Governo pela decisão já consolidada da construção do hospital de Barcelos, que também beneficiará muito a população de Esposende. Imagine-se que isto tinha sido uma promessa eleitoral do PS em 2007. Também censura?

*Protestos do PS.*

Quero saber se o PCP também censura o atual Governo pelas várias medidas, obras e decisões no distrito de Braga que dizem respeito a escolas, a estradas, a apoios à agricultura, à construção dos centros de formação profissional e muitas outras, para além de medidas relativas à justiça e à segurança.

É que o PCP, com esta moção de censura, o que visa é censurar o desenvolvimento de Portugal e de Braga, que está em curso, pelos vossos interesses partidários e políticos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Martim Syder, do PSD. Dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Martim Syder** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, sou Deputado eleito pelo círculo de Coimbra. O Partido Comunista Português censura hoje o Governo, mas temos a felicidade de ter hoje um Governo que olha para Coimbra. Passaram décadas, e hoje vamos ter a construção do novo Palácio da Justiça de Coimbra, vamos ter a construção da nova maternidade de Coimbra.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Martim Syder** (PSD): — A alta velocidade irá passar em Coimbra. E os senhores deviam olhar para este Governo e saber qual é a diferença: é que este não é um Governo de proclamação, é um Governo de ação. E os Srs. Deputados deviam ficar felizes e não censurar o Governo por isso, não censurar Coimbra.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Ramos, do PSD. Dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Raimundo, fui eleita pelo distrito de Évora. O PCP censura o curso de Medicina na Universidade de Évora? O PCP censura a cedência, por parte deste Governo, à Universidade de Évora de um terreno contíguo ao novo hospital, para construção da escola de saúde em Évora? O PCP censura a construção da variante nascente de Évora do IP2? É que a sua câmara municipal, ainda liderada pelo PCP, não censura. O Sr. Deputado Paulo Raimundo censura o lançamento do concurso do projeto de execução do IP2 para Estremoz? É que o PCP em Estremoz não censura.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — O PCP censura o lançamento do concurso público para a construção do bloco de rega de Reguengos de Monsaraz, que há mais de uma década foi prometido e que este Governo desbloqueou e está em andamento? É que os comunistas do concelho de Reguengos de Monsaraz não censuram, Sr. Deputado.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — E é por causa disto que o Sr. Deputado e o PCP serão censurados pelos portugueses, é que dizem uma coisa aqui e fazem outra nos vossos territórios.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Paulo Raimundo. Dispõe de 3 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Agora vai dizer que concorda com tudo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço desculpa, não vai ser possível responder de forma direta a todos.

**Vozes do PSD**: — Oh...!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A não ser que tivesse mais tempo...

*Protestos do PSD.*

De qualquer das maneiras, agradeço o conjunto de questões colocadas, a ligação à realidade, às dificuldades e às necessidades, ainda que algumas fossem mais no âmbito da propaganda e do «vai haver» do que daquilo que está. Fica esse conjunto de aspetos.

O segundo apontamento que queria deixar, se o Sr. Presidente me permite, é que não fui eleito nem por Coimbra, nem por Évora, nem por Braga, nem por Aveiro, nem por Beja, mas, apesar disso tudo, conheço mais ou menos cada uma dessas terras e cada uma dessas realidades.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E até posso partilhar com os Srs. Deputados uma experiência que tive na semana passada, concretamente em Braga, no Hospital de Braga, no contacto com os utentes e com os profissionais, acerca da dificuldade de responder aos problemas, não por falta de vontade dos profissionais,...

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

... não por falta de empenho dos profissionais, não por falta de compreensão dos utentes, mas, de facto, por falta de profissionais, de médicos, de auxiliares e de técnicos.

E ainda nesse mesmo dia, em Braga, tive a oportunidade de contactar com trabalhadores de uma empresa têxtil — os tais que põem a economia a funcionar, os tais que põem o País a funcionar —, mas lá estavam com 870 € de salário bruto, por mês, e com esse balúrdio de 2,5 € de subsídio de refeição. Esta é a realidade do País. É isto que importa resolver.

Sr. Deputado Salvador Malheiro, a crise política e governativa, não foi o PCP que a criou, ela está criada. O PCP quer dar um contributo para a resolver, de uma vez por todas, e para dignificar a vida política nacional.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos para o segundo grupo de pedidos de esclarecimento. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ofélia Ramos, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ofélia Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o PCP acha mesmo que o Governo merece ser censurado? Merece ser censurado por querer tirar do papel o hospital central universitário do Algarve? Merece ser censurado por criar o primeiro serviço oncológico da região, para evitar que os algarvios tenham de se deslocar a Espanha para serem tratados? Merece ser censurado por avançar, finalmente, com cinco unidades de saúde familiar modelo C, que vão garantir médico de família a 102 000 algarvios?

*Protestos do Deputado do PS Luís Graça.*

Merece ser censurado por destinar 360 milhões de euros para o Algarve combater a seca e garantir a sustentabilidade hídrica da região? Ou será que o PCP censura este Governo porque coloca a sua ideologia caduca à frente dos interesses e das necessidades das pessoas?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deixem-me dirigir-me ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, em primeiro lugar, para lhe dizer que era bom falar com os seus camaradas de Leiria, para perceber que o Governo do Partido Socialista esteve anos e anos a esquecer-se do nosso distrito. E agora que temos um Governo que olha para os problemas do distrito de Leiria, temos uma moção de censura.

O Partido Comunista censura que no distrito de Leiria, por exemplo, o Governo tenha garantido o apoio às escolas de Alvaiázere, de Pombal, de Porto de Mós, em mais de 22 milhões de euros. Mas censura também que, no distrito de Leiria, o Governo tenha garantido seis USF (unidades de saúde familiar) de tipo C?

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Eu sei que não gosta. Mas mais: quando este Governo dialoga com os autarcas e se preocupa em encontrar soluções para problemas que perduram há anos, como é o caso da Linha do Oeste ou do TGV (*train à grande vitesse*), o que é que fazem o Sr. Deputado e o Partido Comunista? Censuram. E sabem, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, censurável, sim, é querer confundir os portugueses.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, hoje, estamos a discutir uma moção de censura interposta por V. Ex.<sup>a</sup>, e eu, como Deputado eleito por Lisboa, gostaria de saber o que tem o Sr. Deputado a dizer acerca do início de obras do novo Hospital de Todos os Santos. Trata-se da maior obra da última década, com capacidade de 875 camas e com um investimento público superior a 700 milhões de euros.

Sr. Deputado, é que em oito anos de ideologia socialista, suportada pelo PCP, foram construídos zero hospitais.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PS.*

Repito, zero hospitais.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Zero!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É que sabe, Sr. Deputado, as consultas não se realizam com ideologia,...

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — ... as cirurgias não se realizam com ideologia, os tratamentos não se fazem com ideologia.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Não, é com investimento na saúde!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E o Sr. Deputado é capaz de censurar o início da obra deste hospital, que esteve anos e anos guardado na gaveta, quando o Sr. Deputado estava aí sentado a suportar o anterior Governo?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Reis, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sonia dos Reis** (PSD): — Cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Membros do Governo, as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados. Sou uma Deputada grandolense, eleita pelo círculo eleitoral de Setúbal.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Conhece bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sonia dos Reis** (PSD): — Por isso, pergunto à bancada do Partido Comunista Português se censura o Governo pela decisão de construir o novo aeroporto de Alcochete e a terceira travessia do Tejo, que ligará o Barreiro a Chelas, obras fundamentais para a população do distrito de Setúbal, como sabeis, e para todo o País. São obras que estão há décadas na gaveta, decisões que precisavam de ser tomadas e, finalmente, foram-no.

Censuram um Governo que, finalmente, olha e se preocupa com o desenvolvimento do distrito de Setúbal, um distrito dominado, por demasiado tempo, pela inércia e a inação da esquerda?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Fernandes, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, o PCP quer censurar este Governo. Sr. Deputado Paulo Raimundo, quer censurá-lo por estar a governar e a resolver os problemas de saúde do distrito de Viseu, herdados do anterior Governo do Partido Socialista?

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Pergunto ao PCP: censura o Governo por reabrir em pleno a urgência pediátrica do Hospital de Viseu,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em pleno, menos ao fim de semana!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — ... por devolver tranquilidade às famílias e responder a uma necessidade real, uma das principais preocupações da população de Viseu? Censura este Governo que, após anos de anúncio, desbloqueou e iniciou as obras do departamento de saúde mental, em Viseu?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso faz falta! É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Também censura este Governo por, finalmente, ter assumido o investimento do centro de radioterapia, no Orçamento do Estado para 2025?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a Linha da Beira Alta?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Expliquem aos viseenses, Sr. Deputado Paulo Raimundo, que ações deste Governo censura o PCP. O que o PCP censura e não quer é um Governo de ação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Pedro Roque, do PSD. Dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Raimundo, o PCP arvora-se como o partido dos trabalhadores e, amiúde, fala em nome dos seus interesses. Pois bem, a aprovação da vossa moção significaria o fim de funções de um Governo que, em 11 meses de vigência, em matéria laboral e de incremento dos rendimentos do trabalho, representou a obtenção de um significativo número de acordos com diversas carreiras da Administração Pública. Escuso-me de as elencar porque os 2 minutos não me chegariam. Destaco os professores, a sua luta sindical, de mais de 20 anos, e o desprezo a que foram votados pelo último Governo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Significaria também o fim de funções de um Governo que exerceu o seu mandato com menos 27 % de greves, ou seja, num clima de menor conflitualidade social.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Significaria também o fim de funções do Governo que atualizou o salário mínimo para 870 €, 15 € a mais do que o previsto pelo anterior Governo.

Ora, não entende o PCP o valor da estabilidade política, económica e social e o modo como isso garante mais e melhor emprego, melhores condições de trabalho e salários? É ou não isto brincar com a política?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Paulo Raimundo. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, agradeço as questões que foram colocadas. Esta moção de censura, além das virtudes todas que tem, ao tocar nos aspetos concretos da vida, já nos permitiu, aqui, uma volta a Portugal — utilizando as palavras que alguém estava aqui a dizer —, para, finalmente, a vida das pessoas ter presença nesta Assembleia. Portanto, já é uma vitória desta moção de censura.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sendo possível responder a tudo, vou procurar tocar nos elementos todos.

Falou-se do Algarve, e bem, mas não se disse que é das regiões com o maior índice de precariedade laboral no nosso País. A realidade da pobreza infantil e da precariedade laboral é um drama na região do Algarve, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada certamente saberá, e, sobre isso, é preciso responder.

Falou-se do hospital em Lisboa. Sr. Deputado, confesso-lhe que sobre o ponto de situação ou a perspetiva do que um dia venha a ser e da obra que poderá, quiçá, ser lançada, não sei como é que está. Confesso. Mas as urgências do Hospital de Vila Franca, eu sei como é que estão. É ou não é do distrito de Lisboa? Espero não estar enganado, porque é pelo círculo pelo qual estou eleito. É ou não é do distrito de Lisboa, Vila Franca de Xira? Eu não sei como é que está o hospital que um dia vai ser construído, mas sei como é que estão os encerramentos da urgência pediátrica em Vila Franca. Sei, estão encerrados. Esse é um drama para milhares e milhares de utentes, em particular para as crianças.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*



Ainda sobre Leiria, queria dizer-lhe que o PCP teve, recentemente, as suas jornadas parlamentares, e foram lá em Leiria. E Leiria talvez seja daquelas terras onde se pode estar literalmente sentado e a não conseguir ver andar comboios.

Portanto, resolva-se muita coisa, faça-se muita propaganda, mas os problemas da vida aí estão para responder.

E, Sr. Deputado, esta é uma moção de censura ao Governo, à sua política, a uma política com a qual nos confrontamos, mas é também uma moção de censura à agenda do Governo e aos objetivos do Governo.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E essa é uma questão de fundo.

Eu tive a oportunidade de perguntar: quando é que se trava esta política? É quando se consumir o assalto aos fundos da Segurança Social? É quando se alterarem para pior as leis laborais — mais tempo de trabalho, mais trabalho, mais horas, mais precariedade?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Cassetel!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É nessa altura? Não. Nós queremos travar esta política e esta agenda agora.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Agora, vamos entrar no conjunto de pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro, sendo que já foi organizada a respetiva resposta por grupos.

Assim, o primeiro pedido de esclarecimento será do Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, que dispõe de até 5 minutos. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, quem passou os últimos dias a afirmar que a moção de censura do PCP era para salvar o Governo e para dispensar a apresentação de uma moção de confiança deve estar agora roído e a pensar que valeu a pena a moção de censura do PCP, que obrigou o Governo a vir a jogo, o que não tinha ficado claro, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, na sua afirmação do passado sábado.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, usando as suas próprias palavras, foram muitas as suas imprudências, que arrastaram o País para o pântano de dúvidas e de suspeitas que aí estão e se mantêm: mistura de interesses particulares e negócios privados, que, quando se exercem funções públicas, como sabe, dá no que dá, e o resultado nunca é bom e revela uma evidente incompatibilidade com as responsabilidades que assume e que exerce, e daí só podem resultar compromissos e ligações.

Percebemos as dificuldades de esclarecer o que não tem esclarecimento e percebemos a impossibilidade de contrapor com uma situação que está clara e que é evidente.

Como afirmei da tribuna — se o Sr. Primeiro-Ministro me permite, vou repetir —, a questão não é saber o que o Sr. Primeiro-Ministro vai fazer a partir de agora; a questão é saber o que foi feito até agora, e o que foi feito até agora, Sr. Primeiro-Ministro, não podia, efetivamente, ter sido feito.

O Sr. Primeiro-Ministro também sabe que alterações de cosmética não resolvem esta incompatibilidade insanável com a qual nos confrontamos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Insanável?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ainda assim, pergunto-lhe: face ao que se conhece hoje, estamos ou não, no mínimo, perante uma grave imprudência da sua parte, uma grave imprudência claramente incompatível com as funções que exerce de chefe do Governo? Pensou mesmo que, perante os factos, o assunto ia cair no esquecimento? É que não há manobras que resolvam o inevitável: o seu Governo está derrotado, perdeu condições para governar.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe tão bem como eu que este é o desfecho inevitável e não há nada que o possa evitar, e atrasar esta dramática crise governamental é apenas arrastar o País para um pântano e descredibilizar a vida política nacional.

A política do seu Governo não resolve os problemas do País, pelo contrário, como o PCP tem denunciado, acaba por contribuir para os acentuar e para os dificultar.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, tivemos aqui na semana passada uma interpelação do PCP sobre a situação do País — era, aliás, um prelúdio desta moção de censura que hoje apresentamos —, e da bancada do PSD veio um conjunto de afirmações que me fizeram lembrar aquela sua célebre frase de que «a vida das pessoas não está melhor, mas o País está muito, muito, muito melhor». Cito Luís Montenegro, 21 de fevereiro de 2014. Foi isto! Foi do que me lembrei logo, desta sua afirmação e das intervenções da sua bancada e do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares também nesse mesmo dia.

Sr. Primeiro-Ministro, não há nenhum país que possa estar melhor quando a vida das pessoas está mais difícil. Não há nenhum país que possa estar melhor quando os salários não chegam ao final do mês. Não há nenhum país que possa estar melhor quando as pessoas esbarram com urgências fechadas e com dificuldades de acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Não há nenhum país que possa estar melhor quando não há casas que as pessoas tenham condições de pagar, nem sequer de arrendar.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Este País, dito melhor, pode sê-lo para alguns — eu admito que seja para alguns —, mas não é certamente para a maioria do nosso povo.

Do que precisamos é de transformar, de facto, este País num país melhor. Mas, para ser melhor, um país tem de responder aos interesses e aos anseios da maioria, que são os que põem o País a funcionar: quem trabalha, quem trabalhou uma vida inteira, os jovens e aqueles que querem viver e trabalhar no nosso País.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, aqui chegados, creio que é o momento de fazer um balanço do que aconteceu nos últimos tempos.

A primeira conclusão que, creio, todos devemos tirar é a de que é desejável que quem exerce cargos políticos tenha uma vida anterior e tenha também uma vida depois de exercer esses cargos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Parece-me é evidente que temos de chegar a essa conclusão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A segunda conclusão é aquela que diz que a Spinumviva existe porque existe o Sr. Primeiro-Ministro.

**Vozes da IL:** — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É uma empresa que foi criada por si, que angariou clientes para a Spinumviva, e que tem uma razão de ser na sua existência, que é o Sr. Primeiro-Ministro.

É por isso que, depois, também se chega à terceira conclusão, que é a de que um Primeiro-Ministro em funções não pode receber avenças, seja de forma direta ou de forma indireta. Não é aceitável que assim seja.

A quarta conclusão é a de que a tese dos impedimentos não faz sentido. O Sr. Primeiro-Ministro tinha clientes de várias naturezas nessa empresa — uns do comércio, outros da indústria, outros da educação —, mas o Sr. Primeiro-Ministro não pode, obviamente, ser incompatível com todas estas questões e, portanto, isso põe em causa também a tese do impedimento.

A quinta conclusão é a de que o Sr. Primeiro-Ministro, em toda esta matéria, foi o principal foco de instabilidade. O Sr. Primeiro-Ministro tinha uma decisão a tomar logo no princípio, logo quando assumiu funções: se queria manter essa empresa em atividade ou se não a queria manter em atividade.

Sr. Primeiro-Ministro, ninguém é obrigado a ser Primeiro-Ministro. Ninguém é obrigado a exercer as funções que o senhor exerce, legitimamente, porque foi eleito para isso, mas era preciso, nesse momento, ter tomado uma decisão, precisamente porque a Spinumviva existe, porque o Sr. Primeiro-Ministro era a pessoa que angariava a atividade e os clientes, e, por outro lado, porque não é possível receber avenças enquanto se é Primeiro-Ministro.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — E onde está a prova de que angariou?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Esta é, portanto, a situação em que estamos neste momento.

O Sr. Primeiro-Ministro que é, de facto, o principal foco de instabilidade, podia ter resolvido a questão no princípio, podia tê-la resolvido há uma semana, quando insistiu em levar as coisas no sentido que agora aqui apresentou, e o Sr. Primeiro-Ministro tinha oportunidade, nessa altura, de dizer que tinha havido uma interpretação errónea, que não se tinha apercebido do problema e tentar, pelo menos, eliminar a Spinumviva.

O que é que está a acontecer neste momento? É que, na verdade, o Sr. Primeiro-Ministro não o fez, e são os próprios clientes, como a Solverde, que dizem que não querem ter nenhum tipo de relação com a Spinumviva.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é um sinal de independência!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, se chegámos aqui, não é porque as oposições se tenham portado mal, não é porque as oposições tenham querido escrutinar demais o Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto está tudo ao contrário!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... não é porque os órgãos de comunicação social tenham feito mal o seu trabalho, não é porque existe uma cabala contra o Sr. Primeiro-Ministro, não é por nada disso. É porque o Sr. Primeiro-Ministro, nos diversos momentos em que teve a oportunidade de tomar decisões que faziam com que não acumulasse a sua atividade com o recebimento de avenças, não o fez.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

E não o fez por deliberação própria, por decisão própria, tendo ao longo do processo sido avisado, em diversos momentos, de que não era esse o caminho.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro agora apresenta uma moção de confiança, tem toda a legitimidade para o fazer, mas não se livra de ser o principal foco de instabilidade deste País. É algo que vai ter de levar consigo nos próximos tempos e é algo que nós, obviamente, cá estaremos para lhe lembrar sempre que for oportuno.

A pergunta que eu quero fazer ao Sr. Primeiro-Ministro, depois de todo este processo e de todo este percurso, é a seguinte: acha mesmo que as decisões que foi tomando, primeiro passar a Spinumviva para outros familiares, agora passar a Spinumviva para os mesmos familiares, tirando um familiar do meio, resolvem ou resolveram alguma coisa?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este primeiro grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados Paulo Raimundo e Rui Rocha, quero começar por agradecer as questões que suscitam, pois elas, em boa medida, cruzam-se e dão-me a oportunidade e o ensejo de clarificar, uma vez mais, alguns dos temas que tanta curiosidade e escrutínio têm proporcionado.

Em primeiro lugar, quero dizer que não é por se repetirem muitas vezes incorreções, erros e falsidades que as coisas passam a ter os contornos que as pessoas que fazem essa repetição lhes querem atribuir.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não acumulei coisa nenhuma!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Eu não recebi 1 cêntimo sequer, 1 cêntimo sequer, de ninguém, e não é desde que sou Primeiro-Ministro, é desde que fui eleito e, depois, investido plenamente na função de Presidente do Partido Social-Democrata.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Que fique muito claro, de uma vez por todas: eu não sou nem fui avençado de ninguém neste período.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma empresa que tinha e tem uma atividade, que presta serviços, que se cobra por isso. O resultado dessa prestação foi até sendo acumulado, motivou também curiosidade, e eu expliquei no Parlamento a motivação desse resultado nunca ter tido outra finalidade que não aquela que está subjacente, desde a sua criação, no espírito de uma empresa familiar, tal qual já aqui expliquei há cerca de 15 dias.

Há, contudo, uma questão que os dois Deputados que intervieram colocaram, que deve ser concretizada, e eu vou concretizar, Srs. Deputados Rui Rocha e Paulo Raimundo: eu não posso falar de todos os clientes, vou falar daquele que deu ainda mais celeuma, até na sequência de uma questão que o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos aqui fez há 15 dias, o Grupo Solverde.

O Grupo Solverde — só para que as pessoas saibam do que é que estamos a falar — explora várias áreas de atividade e tem a concessão das zonas de jogo de Chaves, de Espinho e do Algarve.

No caso de Espinho, tem essa concessão desde 1974 — tinha eu 1 ano quando essa concessão foi atribuída. Essa concessão, depois, foi renovada em 1989 e foi prorrogada em duas ocasiões, em 2001 e em 2021, em ambas as circunstâncias por Governos, por acaso, liderados pelo Partido Socialista, com certeza com muitas justificações. Aliás, na última circunstância, inclusivamente, por um Governo liderado e constituído, entre outros, também pelo Secretário-Geral do Partido Socialista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — E quem era o advogado?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas deixem-me dizer-vos uma coisa: no âmbito desta última prorrogação, havia um processo de reequilíbrio financeiro da concessão, porque as concessionárias — e não foi só a Solverde, foram todas — foram confrontadas com o encerramento da atividade, por força da covid. Os casinos estiveram fechados, a atividade esteve impedida e, naturalmente, os concessionários pediram ao concedente: «Se não me deres a oportunidade de ter a minha atividade, tenho de ser compensado por isso.»

Houve um acordo e, no âmbito desse acordo, entre outras coisas, houve uma decisão de remeter para um tribunal arbitral as pendências e os litígios que vinham de trás. Uma dessas pendências era com a Solverde. O tribunal arbitral decidiu, depois de uma decisão do anterior Governo — aliás, daquele que lhe antecedeu, até —, em julho do ano passado, já no âmbito deste Governo, por unanimidade, com o voto favorável do árbitro do Estado, atribuir uma indemnização à Solverde superior a 15 milhões de euros, que, com os juros, atingiria mais ou menos 18 milhões de euros.

O Estado, com a anuência deste Governo, em particular do Secretário de Estado do Turismo e do Ministro da Presidência, decidiu interpor recurso.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Primeiro-Ministro não teve nenhuma intervenção!  
No âmbito desse recurso, o Supremo Tribunal Administrativo julgou revogar a decisão arbitral.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, quero dizer-vos e aos portugueses: há 18 milhões de euros de razões para acreditar que o Primeiro-Ministro de Portugal não se deixa influenciar por nenhum interesse! Repito: nenhum interesse!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

Não estou a falar de nada em abstrato. Estou a falar de um processo concreto, que dá resposta a muitas das vossas preocupações.

Continuarei a responder, Sr. Deputado: não houve nenhuma acumulação e nunca violei o meu dever de estar aqui em exclusividade, dedicado a servir Portugal e os portugueses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Há um segundo grupo de pedidos de esclarecimento.

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.*

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, assim que haja condições.

*Pausa.*

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua. Dispõe de 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é-lhe exigido que demonstre dois factos: que está, e que esteve, em exclusividade e que todos os rendimentos que recebeu, empresariais ou pessoais...

*Protestos de Deputados do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Que lata! Exclusividade e ganhava três salários!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, peço que pare a contagem do tempo, porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua tem de ter as mesmas condições que todos os outros Srs. Deputados tiveram para fazer a sua pergunta.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Como estava a dizer, Sr. Primeiro-Ministro, é-lhe exigido que demonstre que está, e esteve, em exclusividade e que todos os rendimentos que recebeu, empresariais ou pessoais, têm uma fonte justificada e identificada.

Esses dois factos foram postos em causa nas últimas semanas: em primeiro lugar, pela notícia de recebimento de avenças de uma empresa que foi apresentada como familiar e que cada vez mais nos parece uma empresa pessoal do Sr. Primeiro-Ministro;...

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Está a ser intelectualmente desonesta!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e, em segundo lugar, porque escondeu, ao longo das últimas semanas, os nomes de clientes, os valores específicos e os serviços que foram prestados.

*Protestos de Deputados do PSD.*

No sábado, o Sr. Primeiro-Ministro já conhecia as suspeitas que sobre si impendiam. Escolheu não explicar nada, fazer um ato de propaganda, não responder a perguntas de jornalistas e enviar metade do Governo para as televisões, para responder por si.

Não deu explicações, na semana passada, na Assembleia da República; não deu explicações, na sexta-feira, no Porto, quando falou à imprensa; não deu explicações, no sábado, em Lisboa; não deu explicações em nenhum momento posterior nem respondeu a perguntas escritas que eu própria lhe enviei, há dias.

Pelo contrário, tudo o que fez foi confundir-nos. Falou de uma empresa criada para gerir património familiar, quando tudo indica que esse é o menor e o último dos seus fins; descreveu terrenos com pormenor, mas ocultou o nome dos clientes e dos serviços que prestou;...

**Vozes do PSD:** — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... deu pormenores irrelevantes, Sr. Primeiro-Ministro, irrelevantes, sobre a sua família, que nunca lhe foram pedidos e que eram perfeitamente dispensáveis para a clarificação necessária; e, no fim de contas, não conseguiu refutar a ideia essencial, que é: aquelas avenças foram-lhe pagas a si, enquanto já era Primeiro-Ministro, através da empresa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Seja séria!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Isso não é sério!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Pior que o Ventura!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, é porque não conseguiu refutar esta ideia essencial que não tem a confiança da maioria dos Deputados da Assembleia da República.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ou seja, não tem legitimidade para ser Primeiro-Ministro.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Calma!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Essa é a razão, e nenhuma outra, para apresentar uma moção de confiança.

O Sr. Primeiro-Ministro apresenta uma moção de confiança, e faz bem, porque não tem essa confiança — sabe-o —, e não tem legitimidade para ser Primeiro-Ministro. Apresenta uma moção de confiança também porque não quer dar explicações, preferindo arrastar o País para eleições a dar as explicações que lhe foram pedidas.

*Protestos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, dir-lhe-ei as razões do Bloco de Esquerda para votar contra a moção de confiança que vai apresentar. Votamos contra, porque um Primeiro-Ministro que não quer dar explicações não pode ser Primeiro-Ministro.

*Protestos do PSD.*

Votamos contra, porque não respeitou a separação entre interesses privados e o interesse público — aliás, essa é uma marca da governação do PSD.

Temos as casas mais caras da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Quase ninguém no País consegue pagar uma renda ou uma casa...

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é herança vossa!

*Pausa.*

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Esta Sr.<sup>a</sup> Deputada agora para?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que o tempo para?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Como dizia, quase ninguém no País consegue pagar uma renda ou uma casa,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É mesmo herança vossa!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... mas o Governo entende impor uma lei dos solos que abre a porta à especulação em solos rústicos.

Acontece a mesma coisa na saúde. O País de há duas semanas estava a confrontar o Governo e a Ministra da Saúde com o desastre no INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), com a falta de resposta para as urgências, para os hospitais. Mas a Ministra já se tinha apressado a entregar bocados do SNS (Serviço Nacional de Saúde) aos privados, com as PPP (parcerias público-privadas) — os cuidados primários e todas as áreas do SNS.

*Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.*

Sr. Primeiro-Ministro, nós não confiamos num Governo que confunde interesses privados com o interesse público e não confiamos num Primeiro-Ministro que confunde o seu interesse particular com o interesse do País.

A prova de que confunde o seu interesse particular com o interesse do País é esta: prefere ir a eleições a dar explicações à Assembleia da República e ao País.

*Aplausos do BE.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, começo por saudá-lo pela coragem política demonstrada.

Os partidos da oposição estão apostados em denegrir e degradar a situação política em Portugal. A Aliança Democrática e os partidos que a acompanham têm sempre pautado a sua atuação pela clarificação e pela dignificação da vida política em Portugal.

Cá estaremos, no Parlamento, para renovar a confiança num Governo que está a cumprir o seu programa e que está a governar muito bem. Aliás, Portugal é hoje elogiado na Europa e no mundo precisamente pelas políticas que têm sido adotadas por este Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E o CDS estará sempre, como sempre estive, do lado da estabilidade e do lado dos portugueses.

Sr. Primeiro-Ministro, o que hoje se discute aqui é uma verdadeira farsa política, em dois atos: depois de uma fuga para a frente do Chega, há duas semanas, temos hoje uma corrida pela liderança das esquerdas.

O PCP resolveu tomar a iniciativa e dar um grande salto em frente na competição da liderança das esquerdas, procurando forçar a mão a outros camaradas, designadamente ao camarada Pedro Nuno Santos e aos outros camaradas socialistas.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — A disputar comigo a liderança?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas esta moção de censura é um ato falhado e tem o chumbo garantido.

O importante é perguntar: o que dizer da comissão parlamentar de inquérito que foi proposta pelo líder do PS? Em primeiro lugar, tem uma base legal mais do que duvidosa. O Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares é muito claro: o inquérito parlamentar só pode ter por objeto um ato do Governo ou da Administração ocorrido em legislaturas anteriores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é evidente!

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, pergunto, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, qual é o diploma, qual é a decisão, qual é o despacho, qual é o decreto-lei deste Governo que pode estar em causa. Respondo-lhe já: nenhum!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Já agora, pergunto-lhe também: a que legislatura anterior se refere o PS, para constituir uma comissão de inquérito? Só a uma, em que este Governo não esteve em funções, o que faz ainda menos sentido!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

**Vozes do PSD**: — Muito bem!



O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas faço-lhe uma terceira pergunta, Sr. Deputado: que autoridade tem o Deputado Pedro Nuno Santos para propor uma comissão parlamentar de inquérito à atividade de empresas familiares?

*Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.*

É que, quando teve de dar explicações sobre as suas empresas familiares, o Sr. Deputado lamentou — e com razão, eu acompanho esse lamento — que se estava a criar um anátema, uma injustiça e uma violência contra todos aqueles que tiveram uma atividade profissional anterior.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eu não disse nada disso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Sr. Deputado também acrescentou — e também nisso o acompanho — que a suspeita sobre quem teve uma atividade profissional anterior era um péssimo serviço à democracia. São palavras suas.

*Protestos de Deputados do PS.*

Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, não me recordo de, na altura, o Sr. Deputado ter proposto a criação de uma comissão parlamentar de inquérito relativamente a essas empresas familiares.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Mais: não me recordo de nenhum partido da oposição o ter feito.

*Neste momento, o Deputado Pedro Nuno Santos apontou para a bancada do CH.*

Mais: há duas semanas, o Sr. Deputado recusou que a comissão parlamentar de inquérito fosse o local adequado para o Primeiro-Ministro prestar esclarecimentos adicionais sobre empresas familiares.

A pergunta que fica no ar é a seguinte, Sr. Deputado: porquê agora? Porquê agora a apresentação desta proposta? É porque agora mudou para a oposição? Ou é porque agora mudou de posição, depois de 15 dias e depois de o Primeiro-Ministro ter prestado todos os esclarecimentos que foram solicitados?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

É que, se for esse o caso, Sr. Deputado, estamos perante um exemplo claro de «dois pesos e duas medidas» e de um político que tem duas faces. Isso é absolutamente inaceitável e inadmissível.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, as oposições não conseguem identificar uma decisão, um despacho, um diploma, um decreto-lei deste Governo que possa sustentar as insinuações que apresentam. Não o fazem, porque não existe nenhum diploma que possa sustentar essa insinuação.

Mas deixo-lhe uma pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, que é a seguinte: concorda com o ex-Ministro Pedro Nuno Santos, quando disse que se estava a criar um anátema, uma injustiça e uma violência para quem teve uma atividade profissional fora da política?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, Sr. Deputado Paulo Nuncio, começando já por esta última questão, não me estou a lembrar de nenhum ato, de nenhuma medida, de nenhuma decisão que possa ter colocado em causa qualquer conflito de interesses.

A única que consegui apurar, de todo o exercício que pedi aos membros do Governo para fazerem, foi aquela que há pouco partilhei e que acho que é excepcionalmente abonatória da postura do Primeiro-Ministro e dos membros do Governo, e do tratamento exemplar do interesse público.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, deixe-me dar-lhe aqui duas ou três citações.

Primeira citação: «Suspeição é o pior contributo que nós damos à democracia.»

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Segunda citação: «Está a criar-se um anátema sobre o facto de serem empresas de familiares.»

Terceira citação: «O meu pai, a minha mãe e a minha irmã não têm responsabilidade nenhuma em eu ter-me metido nesta vida.»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quarta citação: «Se quisermos fazer assim, ser híper restritivos com incompatibilidades, então, siga! Mas estamos a fazer um péssimo serviço à democracia. Não é a mim: é às pessoas capazes que amanhã queremos captar para a vida pública; é às empresas, que são entidades que têm trabalhadores, têm sócios e têm de continuar a fazer o seu trabalho; e é até à entidade pública. Encararei com enorme sentimento de injustiça se tiver de sair — injustiça pessoal, para a minha família, para a empresa e para a própria democracia.»

*Protestos do PS.*

Quinta citação: «“Lá estão os políticos a tratar da sua vida”, pensam as pessoas, ao ler as parangonas dos jornais, e isso é uma violência: é uma violência para quem se quer dedicar a esta vida pública, é uma violência para a família, é uma violência para os sócios e é uma violência para a democracia.»

Sexta citação: «Em política, há a tentação de confundirmos as coisas, porque dá jeito.»

Isto foi no dia 19 de outubro de 2022, dito por um ex-ministro chamado Pedro Nuno Santos, na Assembleia da República.

**Vozes do PSD e do CH**: — Ah!...

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Está a falar como se as situações fossem iguais, e não são!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, aproveito estas que podiam ser as palavras expressas pelo meu maior advogado de defesa, para vos instar ao seguinte: temos todos de ser sérios! Temos de ser sérios uns com os outros, temos de ser sérios com o País e com as pessoas que representamos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não se atreva a comparar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos todos de estar disponíveis — eu estou e o Governo está — para sermos escrutinados, para esclarecermos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Está? Está mesmo?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas nós temos — temos mesmo! — de compreender as explicações e os esclarecimentos que são dados.

Podemos discordar. Podemos dizer, politicamente, que determinado comportamento está explicado, mas é errado. Há pouco dizia o Deputado Paulo Raimundo que «é uma imprudência». Nós podemos considerar, politicamente, determinado comportamento de uma determinada forma. O que não temos o direito de fazer é insistir, dizendo que não há esclarecimentos, naquilo que já foi esclarecido. Porque isto é um poço sem fundo!

*Protestos de Deputados do PS.*

Isto é arrastar a política para um impasse.

*Protestos do PS.*

É por isso que, se não conseguirmos chegar a uma conclusão aqui dentro — e eu disse isso ao Parlamento —, se o Parlamento não conseguir chegar a uma conclusão, quem tem de chegar a essa conclusão é o povo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não estou a eximir-me ao escrutínio. Eu não tenho medo nenhum de uma comissão parlamentar de inquérito.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Risos do CH e de Deputados do PS.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não tenho medo nenhum! Eu não tenho nada a esconder. Nada! Não tenho nada a esconder! Tomara eu que todos aqueles que têm responsabilidade, todos aqueles que querem estar no meu lugar, possam ter a mesma abertura para explicar as suas próprias realidades! Francamente!...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A questão não é essa. A questão é que, quando nós não queremos nenhuma explicação, disfarçamos com sucessivos pedidos de esclarecimento.

*Protestos de Deputados do PS.*

Ora, o País não pode ficar prisioneiro de quem utiliza este comportamento porque, no seu raciocínio, na sua intenção, acha que isso lhe traz benefício político. O País não pode!

Não quero uma crise política em Portugal. Não desejo uma crise política em Portugal.

*Protestos do PS.*

Mas, se for essa a saída, terá de ser, para que esteja aqui um Governo e um Primeiro-Ministro absolutamente...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, no dia em que anuncia uma moção de confiança, não posso deixar de lhe falar do seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro respondeu-me a mim, aqui, no Parlamento, que tinha sido uma «imprudência» da parte de Hernâni Dias a criação de uma sociedade que tinha atividades imobiliárias, ou podia ter, quando já estava no Governo como secretário de Estado.

*Protestos do PSD.*

Quero perguntar-lhe, frontalmente, se não acha que estar a receber no património familiar uma avença de uma empresa, sendo Primeiro-Ministro, não é uma igual imprudência.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, gostava de lhe perguntar se não acha isso uma imprudência. Mas o Sr. Primeiro-Ministro disse mais! O Sr. Primeiro-Ministro veio aqui ao Parlamento e brincou com a situação. Disse que tinha terrenos em Rabal, tinha terrenos não sei onde, que gostava muito que nós lá fôssemos visitar os terrenos.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Mas não disse o óbvio: que havia uma avença em funcionamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não disse que havia uma avença a ser paga — não no passado, mas agora! — por uma empresa do setor regulado da economia, como é o caso dos casinos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor cometeu, ou não, uma imprudência? É isso que lhe quero perguntar.

Nós assistimos a uma série de notícias, e o Sr. Primeiro-Ministro tem razão numa coisa: não podemos acreditar em tudo o que vem nos jornais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vai já ouvir!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é uma evidência! É uma evidência!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vai já ouvir!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A verdade é que temos notícias a sair consecutivamente que dizem que o Primeiro-Ministro comprou casas a prazo e que as contas não foram indicadas no limite do declarável. Dizem-nos que há uma avença a ser paga a uma empresa. E o Sr. Primeiro-Ministro fica no Brasil e não diz nada! E depois chega cá, vai sábado à noite falar ao País e, em vez de explicar, diz que está a governar muito bem na saúde, na educação, etc.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

Ó Sr. Primeiro-Ministro, quero perguntar-lhe se não acha que foi esta cultura de arrogância, esta cultura de habituação à impunidade, que levou à crise política que está a gerar agora.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — É a sede de poder!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isto porque, Sr. Primeiro-Ministro, não tenha dúvidas de uma coisa: não se trata do esclarecimento pelo esclarecimento. Ao fugir sistematicamente ao que o Parlamento lhe pergunta, ao que a imprensa lhe pergunta, é o Sr. Primeiro-Ministro que está a gerar uma crise política. Não há outro responsável. Se tivermos eleições, há um responsável. Chama-se Luís Montenegro e é Primeiro-Ministro!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, que dispõe de 5 minutos.

**Vozes do PSD:** — Vai começar a Via Sacra!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, eu disse há uma semana e meia, no debate da moção de censura apresentada pelo Chega, que inviabilizávamos a moção de censura, mas pedi que não a transformasse num voto de confiança, porque, se o fizesse, teria o chumbo do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Lá está!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro sabe que terá o chumbo do PS na moção de confiança que irá apresentar ao Parlamento.

*Aplausos do PS.*

A responsabilidade pela crise política é só de uma pessoa. A responsabilidade pela crise política é do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro preferiu atirar o País para umas eleições a dar explicações, para fugir a uma comissão parlamentar de inquérito.

*Aplausos do PS.*

*Risos do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro).*

Entre fechar a empresa e dar explicações ou calar o Parlamento, o Sr. Primeiro-Ministro optou por calar o Parlamento.

*Aplausos do PS.*

Foge das explicações «como o diabo foge da cruz». Nunca deu explicações cabais sobre o caso.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Desde o início, aquilo que pedimos, aquilo que pedi, foi que o Sr. Primeiro-Ministro explicasse. Disse mesmo: «Tenho a certeza de que há boas razões para todas estas notícias.» É preciso é que as dê, para que as dúvidas e as suspeitas não se adensem!

O Sr. Primeiro-Ministro escolheu não o fazer. Evitou-o. Não respondeu às nossas perguntas no debate da moção de censura...

*Protestos do PSD.*

... e continuou sem responder, uma semana depois.

Tivemos de ir para a comissão parlamentar de inquérito, e o que o Sr. Primeiro-Ministro faz é evitar a comissão parlamentar de inquérito, para não dar respostas.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, temos de dar explicações, por mais incómodas que sejam as perguntas. E eu sei do que estou a falar. Fui escrutinado no Parlamento, numa CPI (comissão parlamentar de inquérito) bem dura.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o que é que disse?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Tivemos, no processo das empresas, a pedido do Chega, a pronúncia do Ministério Público, junto do Tribunal Constitucional. Estive no Parlamento a responder sobre elas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o que é que disse?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nunca fugi a nenhuma questão.

*Aplausos do PS.*

O Grupo Parlamentar do PSD fez um vídeo com várias notícias sobre como comprei ou paguei a minha casa em Lisboa, sobre o IMI (imposto municipal sobre imóveis) que pagava na casa do Alentejo, determinado pelas finanças, sobre as ajudas de custo que recebi enquanto tinha a minha vida sedeada em Lisboa. Fizeram isso!

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não faz mal! Ninguém vê!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, que durante a campanha tive de responder a essas questões todas? E são usadas como *memes* nas caixas de comentários. Foram usadas pelo PSD, para fazer um vídeo. Sabe porque é que nenhuma dessas questões foi um problema político para mim? Porque respondi a todas elas, de forma cabal!

*Aplausos do PS.*

Esses casos e essas notícias não constituem um problema para mim. São exatamente o exemplo do que um líder político tem de fazer.

Tive repórteres de imagem a invadir o terreno da minha casa para fotografar a casa. Eu sei bem o que é!

*Protestos do PSD.*

Só que eu sabia também, por menos que gostasse, que tinha de responder. E foi por ter respondido e clarificado, que não foram um problema para mim.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Fizeram um vídeo sobre as empresas do meu pai e do seu sócio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso! Empresas familiares, não é?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Deram como exemplo os contratos de fundos comunitários no valor de 1 milhão de euros em 10 anos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Coisa pouca, não é?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não são 1 % da faturação da empresa nesse período.

Estamos a falar de uma empresa que caminha para as cinco décadas, com 50 anos de existência. Não foram criadas por mim. Têm pavilhões, clientes, fornecedores, *site*, e o número de telefone no *site* não é o do meu pai. É uma empresa a sério!

*Aplausos do PS.*

Mas sabe, Sr. Primeiro-Ministro, qual é a grande diferença? É que essa empresa não é minha, nem da minha mulher, nem do meu filho.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era, era!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É do Sr. Américo Santos e do Sr. Fernando Laranjeira.

A sua é sua, e toda a gente no País percebeu que é sua. Criou-a e angariou os clientes, que só lá estão por sua causa. Prometeu, quando a empresa supostamente não era sua, que não ia beneficiar da lei dos solos. Anunciou, quando supostamente a empresa já não era sua, que a ia passar para os seus filhos. A sua empresa é sua!

Mas é também importante para todos nós sabermos quais foram os serviços prestados, porque a perceção, que o Sr. Primeiro-Ministro tanto valoriza, em Portugal,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah, a perceção!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... é a de que os serviços não foram prestados ou o valor cobrado não corresponde à realidade.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não diga isso! Tenha tento!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E nós temos o direito de saber.  
Responda, Sr. Primeiro-Ministro!

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, em nome do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro, o País está mergulhado numa crise política por responsabilidade única e exclusiva do Sr. Primeiro-Ministro. Não foi o País que inventou esta crise política, não foi a imprensa, não foi a oposição. Foram unicamente as decisões e as omissões do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro poderia ter resolvido esta crise política, poderia tê-la antecipado, poderia ter evitado que ela ocorresse de várias maneiras. Algumas delas, mencionámo-las aqui. O Sr. Primeiro-Ministro poderia ter fechado a empresa; poderia ter retirado a empresa da sua esfera familiar; poderia ter extinguido a empresa; poderia ter entregado a empresa a uma gestão profissional e independente, como se faz em tantos países ao redor do mundo; poderia ter nomeado uma comissão independente para avaliar as escusas que nos disse que deveríamos confiar no seu critério pessoal e subjetivo que saberia, no momento certo, pedir, quando tivesse de tomar decisões sobre os seus antigos clientes ou amigos; poderia ter olhado para a lei que gere esses conflitos de interesse. Nada disso fez!

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

Há 10 dias, o Sr. Primeiro-Ministro falou-nos de quintas no Douro e fazendas em Trás-os-Montes. Já poderia ter esclarecido tudo o que veio depois a lume.

Muita gente, ao fazer o comentário político, perguntou: «Mas porque é que não resolveu antes?» Acho que sabemos todos a resposta. Não resolveu antes porque não podia! Porque sabia que esse conflito de interesses colocava em causa a sua capacidade de continuar a liderar o Governo.

**Vozes do L:** — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Tudo isto está a ter já impacto na governação, num momento em que o mundo está a arder, e na presença de Portugal no mundo.

O nosso País foi um dos poucos países a não ter em Auschwitz, nos 80 anos da comemoração da libertação do campo, nem um chefe de Estado, nem um chefe de Governo, nem sequer um Ministro dos Negócios Estrangeiros, e eu alertei a tempo para isso.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Alertei para isso na Comissão de Negócios Estrangeiros — o Sr. Primeiro-Ministro sabe-o perfeitamente, estava lá o Ministro da Presidência.

Ou seja, estamos muito abaixo do que qualquer outro país europeu, a começar pelos nossos vizinhos, que foram representados na mesma cimeira.

Mas também não estive na cimeira de Londres, não estive na cimeira de Paris e agora, recentemente, não estive sequer na cimeira de Kyiv, porque para ter estado em Kyiv no dia 24, o Sr. Primeiro-Ministro não poderia ter estado a jogar golfe com o dono do casino da Solverde; no domingo, dia 23, já teria de estar em trânsito. Sr. Primeiro-Ministro, não se pode servir a dois amos.

*Aplausos do L.*

O Sr. Primeiro-Ministro, depois, alegou que esteve presente *online*. Eu tenho aqui...

O Sr. **André Ventura** (CH): — A imagem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... a comunicação oficial do *site* da presidência ucraniana.

*O orador exibiu o documento que mencionou.*



O único Montenegro...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o país!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... neste comunicado, Sr. Primeiro-Ministro, é o país Montenegro, não é Luís Montenegro.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Mas eu estive!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que gostaria de poupar o País a umas eleições, mas que, se tiver de ser, se tiver de vir a crise, nesse caso, temos de caminhar para a dissolução do Parlamento, e que venha a crise.

O Sr. Primeiro-Ministro disse, no passado sábado, que desafiava os partidos a dizerem, sem tibiezas, se mantinham a confiança no Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro ouviu os partidos aqui, hoje,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os que interessam!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e ouviu-os desde então. Alguns deles, como o Livre, disseram no próprio dia que não tinham confiança institucional e política no Sr. Primeiro-Ministro para gerir os seus conflitos de interesse, porque não os tinha conseguido gerir até agora.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Numa situação destas, a moção de confiança é uma mera formalidade. O Sr. Primeiro-Ministro não tem a confiança da maioria absoluta deste Parlamento e, portanto, a pergunta muito clara é: porque é que não se demite já?

Vou lembrar-lhe uma frase do Padre António Vieira,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sempre muito cristão!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que o Sr. Primeiro-Ministro deve conhecer muito bem: «Somos o que fazemos. Nos dias em que fazemos, realmente existimos; nos outros, apenas duramos.»

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não percebem nada!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A primeira afirmação vinda da bancada do PSD foi: «Este Governo perdurou 11 meses.» Pare de perdurar, Sr. Primeiro-Ministro,...

*Risos do L e de Deputados do PS.*

... deixe o País fazer.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, Sr. Deputado Rui Tavares, também os meus agradecimentos pelas vossas questões.

Deixem-me começar por referir que, ainda agora, o Sr. Deputado Rui Tavares dizia «o Sr. Primeiro-Ministro podia ter resolvido o seu problema, podia ter encerrado a empresa...» — o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos também já se tinha referido a isso —, «... podia ter entregado a empresa a uma gestão profissional, podia ter vendido a empresa.»

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E podia ter entregado a uma gestão profissional!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ou seja, o Sr. Primeiro-Ministro podia ter feito muitas coisas para esconder aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro não quis esconder.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Essa é boa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade! É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Não é isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Primeiro-Ministro veio aqui há 15 dias e disse que tinha criado uma empresa com vários objetivos, disse quais eram, até disse qual era a perspetiva que tinha para os próximos anos e tentou dar resposta às questões que lhe foram colocadas, a cada uma delas.

Falava-se da possibilidade de haver uma incursão no negócio imobiliário, e tentei explicar porque é que essa possibilidade não existia, depois tentei explicar que o património imobiliário que tenho não é suscetível — não é mesmo! — de qualquer confusão com a lei dos solos. Ainda assim, mesmo que fosse, estava numa circunstância exatamente igual à de qualquer outro Deputado, foi o que eu respondi.

Agora queixam-se de ter respondido a isso. Eu respondi porque me perguntaram, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nunca me furtei ao esclarecimento.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Depois, na componente da prestação de serviços, expliquei qual era a prestação de serviços, quando é que tinha começado e expliquei que quando decidi reingressar na atividade política, tinha transmitido aos outros sócios da sociedade a condução dessa atividade, a prestação desse serviço no contexto em que ele existia.

Depois queriam saber quais eram os clientes e queriam saber quais eram os valores da prestação de serviço e o conteúdo da prestação de serviço, o Deputado Pedro Nuno Santos ainda há pouco tornou a perguntar. Isso já é conhecido, já são conhecidos os clientes,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — São cinco!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... já são conhecidos os valores e já é conhecido o conteúdo.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Tudo! Tudo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou-vos dizer uma coisa: há uma empresa que já anunciou hoje — vi-o antes de entrar no debate —, que prescinde, por razões de exposição pública, e só por essas, da continuação da prestação desse serviço. Não quero estar a intrometer-me, porque nunca o fiz — nunca o fiz —, desde que saí efetivamente da empresa, no dia 30 de junho de 2022,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... na atividade dessa empresa,...

*Risos do PS.*

... que é a Solverde...

*Protestos do PS e do L.*

Não, essa empresa é a Solverde.

Dizia eu que não quero estar a intrometer-me, mas quero fazer aqui uma aposta firme.

*Protestos do PS e do L.*

Quase até me apetece dizer aos responsáveis dessa empresa que tornem público quando arranjam o substituto ou a substituta dos serviços que vão ser prestados, e tenho a certeza, quase absoluta, de que o valor desses serviços vai ser superior àquele que pagaram durante este período.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tenho quase a certeza absoluta.

*Protestos do PS e do L.*

Pode ser que nessa altura, com mais esse argumento, as Sr.<sup>as</sup> os Srs. Deputados possam perceber.

Bom, já vi, dada a quantidade de apartes, que nem nessa altura as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados vão querer perceber que, efetivamente, há uma atividade que é prestada, há o pagamento do serviço que é prestado, há as pessoas que fazem esse serviço e que são remuneradas por trabalharem.

*Protestos do PS e do L.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de facto, por mais que se tente explicar, por mais que se tente demonstrar que não há, nem houve, nenhuma perturbação nem da minha condição de dedicação exclusiva, nem da minha condição, e dos membros do Governo, de total independência para gerir aquilo que é público, sinceramente, as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados nunca estarão satisfeitos.

Por isso é que ficaram tão perturbados — e eu anoto isso — com a decisão de apresentarmos uma moção de confiança. Então o Deputado André Ventura, que aqui reclamou por ela,...

*Protestos do Deputado do CH André Ventura.*

... que pôs Deputados a fazerem-me a pergunta «porque é que o senhor não apresenta uma moção de confiança? O senhor não tem coragem para apresentar uma moção de confiança»,...

*Protestos do Deputado do CH André Ventura.*

... no dia em que, então, apresentamos a moção de confiança, afinal, deixámos de ter coragem para passar a ter medo. Ó Sr. Deputado, ainda vai ser conhecido como o Sr. Deputado André «Catavento» Ventura, porque está sempre a mudar de opinião.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

Cá estaremos para responder perante a Assembleia, sempre que for preciso, e para responder perante os portugueses, como é a nossa obrigação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, chamou várias vezes, e bem, à atenção os membros do Governo e os Deputados. Também não quero usar a expressão Luís «Jogador» Montenegro, porque acho que não fica bem,...

*Risos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas joga bem!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... por isso, queria pedir ao Sr. Presidente para chamar o Sr. Primeiro-Ministro à atenção por isto.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, também quero referir uma imprecisão do Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vou chamar à atenção...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não é só isso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então é para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro disse «o Deputado André Ventura pôs Deputados a perguntarem-me...».

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem razão, disse.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, não sei como é que é no PSD, mas aqui os Deputados — é mesmo a sério — são livres de fazer as perguntas que querem.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, só para dizer aos Srs. Deputados da bancada do Chega que não quis ofendê-los com essa observação. Acredito que o Sr. Deputado André Ventura não tem nada a ver...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Nada, nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com aquilo que os Srs. Deputados do Chega dizem e afirmam aqui na Assembleia da República.

Também não tive a ocasião de perguntar ao Sr. Deputado André Ventura quais foram, e são, os clientes que ele serviu quando era prestador de serviços numa consultora,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas fica para uma próxima oportunidade.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH e contraprotestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Primeiro, pedia aos Srs. Deputados para voltarem a criar condições para continuar os trabalhos, depois pedia efetivamente que o nosso tratamento se mantenha no registo de urbanidade em que está a acontecer e pedia, ainda, também que não se usassem estas figuras regimentais para outros efeitos que não sejam verdadeiramente os efeitos para os quais estão previstas, para que com isto também a Mesa possa fazer a gestão dos trabalhos com lealdade.

Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Primeiro-Ministro e a bancada do Governo, as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, parece-me que, de alguma forma, continua a jogar com as probabilidades e, neste momento, estas não jogam a seu favor. Já tivemos uma moção de censura, estamos na segunda, e agora temos aqui dois caminhos: uma moção de confiança e uma CPI.

Uma coisa é certa: pedimos-lhe, desde o primeiro momento, que prestasse ao País todos os esclarecimentos que eram devidos, porque há uma questão fundamental. Da parte do PAN, ninguém está contra o facto de ter tido uma vida profissional e empresarial.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Ai estão, estão!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Falamos, evidentemente, por nós, não falamos por mais bancada nenhuma, por isso o Partido Social Democrata pode estar sossegado, mas, antes de vir para o cargo de Primeiro-Ministro — é isto que pretendemos e que o País exige, efetivamente, a este tempo — é fundamental um escrutínio, porque há demasiados «eventuais» que continuam por esclarecer.

**Vozes do PSD**: — Quais?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Há um eventual conflito de interesses, e não falamos apenas da lei dos solos. Falamos da isenção do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) feita à medida, 316 977 € para ser mais precisa;...

O Sr. **Ministro da Presidência**: — O quê?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — À medida porquê?!

*Protestos de Deputados do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... falamos também da sede da empresa, que só agora, recentemente, foi alterada, e que era indissociável da casa do Sr. Primeiro-Ministro; falamos também do facto de não ter pedido, desde o primeiro momento, à Entidade para a Transparência o eventual parecer.

Pergunto-lhe: porquê só agora? E ainda para mais, porquê pedir uma auditoria quando sabe que a Entidade para a Transparência não tem competências nem meios para esse efeito?

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, há aqui vários esclarecimentos...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É por demais! É por demais!

**Vozes do PSD:** — Se soubesse o que é a vida não falava assim!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Eu sei o que é a vida, Sr. Deputado, mas parece-me que muitos dos Srs. Deputados não sabem e, mais, não sabem respeitar os portugueses e o dever de esclarecimento.

Sr. Primeiro-Ministro, há aqui um dever. Entendo que lhe custasse assumir as funções de Primeiro-Ministro e dissociar-se da sua vida profissional e empresarial. E volto a dizer que nada temos contra o facto de quem está na política ter um «antes» e um «depois» da política — muito pelo contrário, achamos que não se deve fazer carreirismo político e que se deve respeitar quem tem um percurso profissional —, mas há momentos em que tem de esclarecer ao País, e o Sr. Primeiro-Ministro não esclareceu.

*Protestos do PSD.*

Por isso mesmo, tem aqui uma oportunidade para o fazer, porque senão vai ter de o fazer na moção de confiança ou na CPI e nenhum dos dois é um caminho melhor.

**Vozes do PSD:** — Qual é a pergunta?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Já fiz a pergunta!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, cada Deputado gere o conteúdo do pedido de esclarecimento como muito bem entende.

*Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

É assim para a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real como para qualquer outro Sr. Deputado. O tempo é curto, portanto, convinha dar as condições para ouvirmos os pedidos de esclarecimento.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Carvalho, do Chega, que dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, ainda bem que o Sr. Primeiro-Ministro decidiu apresentar a este Parlamento uma moção de confiança porque, efetivamente, não havia outra solução. O Sr. Primeiro-Ministro chega aqui hoje com um Governo que está morto na sua credibilidade...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — ... e está repleto de incompatibilidades.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Além do Sr. Primeiro-Ministro, temos a Ministra da Justiça, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial e o ex-Secretário do Estado Hernâni Dias, todos com ligações a empresas imobiliárias, ao mesmo tempo que o Governo preparava a lei dos solos.

*Protestos do PSD.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, até lhe dou os parabéns, mas é só hoje, vez única.

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira e contraprotestos da Deputada do CH Rita Matias.*

E dou-lhe os parabéns por, finalmente, ter tido a coragem de chegar aqui ao Parlamento e dizer ao País a verdade, que é muito simples: o Governo não tem credibilidade absolutamente nenhuma para continuar a governar.

*Aplausos do CH.*

E a culpa é sua, Sr. Primeiro-Ministro. A culpa não é do Chega, não é dos jornalistas, não é de nenhum outro partido, a culpa é única e exclusivamente sua.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro disse que não havia nenhum conflito de interesses, que não praticou nenhum crime, nem teve nenhuma falha ética. Mas, se está tão certo disso e se não acumulou, e vou citar, «coisa nenhuma», como ainda agora disse, porque é que passou a empresa para os seus filhos? Então, mas afinal, há ou não há um conflito de interesses?

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Disse também que, por uma questão de ética, não podia revelar quais eram os clientes da sua empresa familiar, mas foi o primeiro a dizer que uma dessas empresas era a Cofina, e por acaso foi um jornalista do *Correio da Manhã* quem lhe fez a pergunta.

Quando, depois, se soube que outra das empresas clientes era a Solverde Casino & Hotéis, com cujo dono foi jogar golfe há poucos dias, foi divulgada então uma lista de cinco clientes.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Ora, andamos nisto há semanas, com a imprensa a revelar informações, o Sr. Primeiro-Ministro a não dar explicações, e andamos nesta trapalhada há semanas, uma trapalhada que só envergonha o País.

Por isso, para terminar, o que lhe pergunto é do que é que tem medo? Porque é que recusa dar explicações claras sobre a polémica? O que é que está a esconder ao País? Porque é que faz declarações ao País e não permite que os jornalistas façam perguntas?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, do Chega, dispondo de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a ética republicana exige transparência absoluta de quem governa...

*Protestos do PSD e do L.*

... e implica que o interesse público esteja acima dos interesses privados; implica, também, transparência e responsabilidade, igualdade perante a lei e exclusividade no serviço público.

O senhor, que jurou servir Portugal, mantém-se sob suspeita de ter mantido rendimentos paralelos durante o exercício de funções de Primeiro-Ministro.

O regime de exclusividade não é só um mero detalhe técnico nem jurídico, é um compromisso moral com os portugueses...

*Protestos de Deputados do PSD.*

... para garantir que quem ocupa esse cargo de Primeiro-Ministro serve apenas o interesse público e não qualquer outro interesse. Mas hoje, ao fim de todas estas horas de debate, o País questiona-se, na mesma, se esse compromisso foi ou não violado.

Sr. Primeiro-Ministro, a esta hora já entendeu que, paralelamente, recebeu rendimentos provenientes de empresas privadas ou vai manter-se em negação?

**Vozes do PSD:** — Outra vez?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, a esta hora já compreende que a simples possibilidade dessas empresas privadas lhe terem pagado avenças, enquanto ocupa este cargo, lança uma sombra inaceitável sobre a integridade das suas funções?

**Vozes do CH:** — Muito bem!

*Protestos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, como é que espera que os cidadãos confiem e continuem a confiar num Governo cujo próprio líder está sob suspeita de misturar o interesse público com o privado?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Para finalizar, Sr. Primeiro-Ministro, já que anda a somar pontos ao seu *handicap*, aproveite a oportunidade, faça hoje um *hole-in-one* e esclareça definitivamente os portugueses e esta Assembleia.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas Inês de Sousa Real, Patrícia Carvalho e Marta Silva, agradeço as vossas questões.

Começaria por responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real. Pelo que percebi, mas posso ter percebido mal, houve uma insinuação relativamente às vantagens — ou hipotéticas vantagens — a propósito da isenção do IMT ou do imposto do selo. Creio que, porventura, relacionadas com o facto de se aplicarem a jovens até aos 35 anos e de os meus filhos terem comprado um apartamento.

Era essa a dúvida, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Era, sim.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Se era essa a dúvida, então ainda bem, agradeço que a tenha colocado, porque essa aquisição aconteceu em 2023,...



**Vozes do PSD:** — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... quando eu ainda não era Primeiro-Ministro. Ainda não havia, infelizmente, essa decisão, e essa aquisição não foi objeto dessa vantagem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Primeiro-Ministro decide para beneficiar os filhos! Meus Deus do céu!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A outra aquisição, que aconteceu em dezembro de 2024,...

*Protestos de Deputados do PSD.*

Ouçam, Srs. Deputados, peço-vos que ouçam. Eu vou aproveitar e vou confidenciar mais um dado pessoal. Efetivamente, se eu não estivesse nesta circunstância, a aquisição em dezembro de 2024 também tinha sido feita pelos meus filhos. Mas não foi, foi feita por mim e pela minha mulher, precisamente para que não se lhes aplicasse qualquer vantagem fiscal pelo facto de uma decisão ter acontecido já sobre a minha chefia do Governo.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

Foi só por isso!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Portanto, não há problema nenhum em ter colocado a questão. A questão é pertinente e fica mais um esclarecimento de que não houve nenhuma — nenhuma! — vantagem por parte de mim próprio ou da minha família relativamente a qualquer decisão, tirando aquelas que resultam de uma forma geral e universal. De facto, as descidas de impostos e a melhoria dos serviços de saúde aproveitam a todos...

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e também aproveitam os meus familiares, isso é um facto.

Depois, relativamente à Comissão Parlamentar de Inquérito, queria dizer que já sei que vamos ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito; o Partido Socialista já disse que ela vai ocorrer nesta ou na próxima Legislatura,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... portanto, não há nenhuma fuga à Comissão de Inquérito. Ela vai ocorrer e cá estarei para responder àquilo que me perguntarem, dentro das medidas da minha possibilidade. Portanto, não insistam num argumento que é falacioso. Não pode haver receio de uma coisa que sei que é inevitável,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

*Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.*

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... pois é um direito potestativo. Vai ser exercido e está tudo bem, é a democracia a funcionar.

Sr.<sup>as</sup> Deputadas Patrícia Carvalho e Marta Silva, enfim, reiteraram as desconfianças, a questão da exclusividade. Já disse que não tirei um cêntimo, que não tive nada a ver com a gestão da empresa, que não tive nada a ver com o seu rendimento. É preciso respeitar o trabalho que foi feito e as pessoas que o fizeram, o normal funcionamento daquela relação.

Finalmente, relativamente aos membros do Governo, queria dizer que todos têm sido absolutamente extraordinários no critério que têm usado de não terem nenhum conflito de interesses, sequer em presença, quando constroem as suas decisões.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Ah, pois não!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, do Partido Socialista, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, foi a sua imprudência que nos trouxe a mais este debate e é a sua recusa no contraditório que vai empurrar o País para uma crise política. Isto porque o Sr. Primeiro-Ministro prefere ir a eleições sem esclarecer em contraditório...

*Protestos do PSD.*

... do que optar por esclarecer todas as questões.

*Aplausos do PS.*

Sr. Primeiro-Ministro, isto porque, desde o início, neste debate, as suas explicações não foram completas...

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Quais?! Quais?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... nem abordaram factos.

Ainda hoje, o Sr. Primeiro-Ministro veio falar de uma decisão do Governo que não é mais do que a concretização daquilo que é — tanto quanto eu me lembro, Sr. Primeiro-Ministro — a regra geral, do Estado recorrer sempre que tem uma decisão desfavorável.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é, não!

Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Não vale a pena, Sr. Primeiro-Ministro, queixar-se dos jornalistas ou da oposição, pois foi o Sr. Primeiro-Ministro que criou este problema, porque a empresa é sua.

Sr. Primeiro-Ministro, este debate não é sobre a honestidade do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — É, é!...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Este debate é, em primeira linha, para saber sobre se um qualquer Primeiro-Ministro...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... pode usar uma empresa do seu universo familiar para contornar a exclusividade de funções, mantendo a atividade que a lei o obriga a suspender. Este é o debate!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso! Isso é um péssimo serviço à democracia! São insinuações!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro mostrou consciência de que não podia ter esta empresa quando fez a transmissão da cota entre cônjuges numa expressão de «ir para fora cá dentro». No fundo, o Sr. Primeiro-Ministro sabia que esta empresa não podia sobreviver sem estar a si ligada.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Por isso, sobre esta empresa, Sr. Primeiro-Ministro, o ponto é este: o valor de uma empresa é aferido através de um teste de mercado.

Alguém tem dúvida de que os casos do Colégio Moderno ou do *Expresso* — de que o seu líder parlamentar falou — seriam empresas que tinham valor de mercado? Não temos nenhuma dúvida. E a dúvida que se coloca é porque é que não vendeu,...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

... a valor de mercado, a terceiros esta...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Rita Matias, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente. Sr. Primeiro-Ministro, estes últimos dias estão, de facto, a ser constrangedores para todos, porque esta novela das suas empresas vai-se adensando e o País está completamente desfocado das questões que realmente importam — crescimento económico, controlo de imigração, mais liberdade para as famílias. E o Sr. Primeiro-Ministro sabe que o seu Governo está mergulhado neste escândalo única e exclusivamente por sua causa.

Dê as voltas que quiser dar, a responsabilidade é sua porque sabe que o Primeiro-Ministro é sempre escrutinado, mais ainda num país que na madrugada do 25 de Abril viu as redações invadidas por militantes de esquerda, que odeiam ver a direita no poder,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — ... mesmo que até seja apenas uma direita da esquerda, como é a sua.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Por isto, hoje de manhã, lia num artigo escrito por um eleitor seu, que o problema está para além da legalidade e que é sobretudo uma questão de moralidade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah!...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Isto porque à mulher de César não basta parecer, é preciso ser. É que, depois, chegamos ao ridículo de ouvir aqui, por exemplo, a Deputada Mariana Mortágua falar em exclusividade, quando esteve a receber três salários enquanto estava como Deputada em exclusividade.

*Aplausos do CH.*

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Mentirosa! Mentirosa!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ou, por exemplo, Pedro Nuno Santos referir — vejam bem! — que «a empresa do meu pai só ganhou 1 milhão de euros em 10 anos», como se todos os portugueses, nas suas pequenas e médias empresas, tivessem acesso a 1 milhão de euros em cada 10 anos.

Sr. Primeiro-Ministro, o tema aqui não é se os seus filhos beneficiaram de algum apoio fiscal na aquisição do apartamento. O tema aqui é que na aquisição do apartamento, em novembro de 2024, apareceram 226 000 € e ninguém sabe de onde,...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não é verdade, isso!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... porque tem uma série de contas num valor inferior a 41 000 €,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... que sabe que dispensam, desta forma, a necessidade de transparência.

*Protestos do PSD.*

Por isso, pergunto: porquê? Não imaginou que isto ia trazer suspeição?

Sr. Primeiro-Ministro, com todo o respeito, como social-democrata que é, deixe-me dizer que penso que faria corar Sá Carneiro,...

**Vozes do PSD**: — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... porque está a colocar o seu interesse pessoal e as suas circunstâncias à frente do interesse do seu Governo e, sobretudo, à frente do interesse do País.

Concluo dizendo que, no limite deste circo todo, vamos para eleições antecipadas, as quartas em seis anos. A 3.<sup>a</sup> República está definitivamente podre.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É a 2.<sup>a</sup>! É a 2.<sup>a</sup> República!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não resisto a iniciar a minha intervenção louvando as intervenções de hoje dos Deputados do PSD nesta Câmara, porque todas elas se referiram a ideias, medidas e projetos que foram pensados no Governo do Partido Socialista...

*Aplausos do PS.*

*Risos do PSD e do CH.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É fazer a campanha assim que vai correr bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... e todas elas foram, por esse Governo, concebidas; mais ainda, Sr. Primeiro-Ministro, a maioria das quais pelo então Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. Primeiro-Ministro, ao longo deste ano,...

*Continuação de protestos do PSD e contraprotestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

*Pausa.*

O Sr. **João Torres** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro, ao longo deste ano, demonstrou dominar a arte da fuga. Não é só a propósito destas circunstâncias que têm vindo a público. Não é só por aquilo que fez no sábado, ao preferir uma fuga em frente ao invés de prestar esclarecimentos. É que o seu Governo já tinha como marca de água fugir dos problemas, refugiar-se em silêncios em todas ou aquando de cada uma das más notícias que vinham saindo, algumas delas dramáticas, a propósito de áreas da governação, como é o caso da saúde.

O Sr. Primeiro-Ministro já não falava aos jornalistas há muitas semanas e há muitos meses.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Há anos!...

*Risos do PSD.*

O Sr. **João Torres** (PS): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não é só pelas atuais circunstâncias que o seu Governo — este seu Governo! — é um Governo de silêncio e é um Governo de fuga, não sendo um Governo de liderança e com sentido de Estado para Portugal.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

Sr. Presidente, vivemos um tempo difícil, do ponto de vista europeu, à escala global, com conflitos muito claros que estamos a atravessar. E questiono se o Sr. Primeiro-Ministro não se sente ainda pior por levar o País para uma crise política nestas circunstâncias.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Eh lá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se a campanha vai ser isto!...

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de perguntas, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Deputados António Mendonça Mendes, Rita Matias e João Torres, agradeço as vossas questões.

De facto, todas as intervenções neste debate apontam numa direção: uma eventual crise política é da responsabilidade, e por causa, do Primeiro-Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — É isso mesmo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Talvez seja, talvez seja. Mas ficou muito claro, neste debate, que não é por causa da minha vida pessoal. Ficou muito claro, neste debate, que é por causa do sucesso da nossa governação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**Vozes do PS**: — Qual sucesso?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ficou muito claro, neste debate, que foi por causa disso que as oposições decidiram cavalgar um tema, nunca se sentindo satisfeitos, acrescentando esclarecimentos em cima de esclarecimentos, pedidos em cima de pedidos, porque no fim do dia queriam estar um ano, um ano e três meses, a desgastar o Governo,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Essa é que é essa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a deteriorar o ambiente político em Portugal, a acrescentar ao tal ambiente internacional de incerteza o ambiente nacional de instabilidade. E, é verdade, o Primeiro-Ministro não está aqui para dar para esse peditório, mas o Primeiro-Ministro está aqui para responder com sentido de responsabilidade, por mais que lhe custe — e custa —, para dar uma resposta ao interesse das portuguesas e dos portugueses, que estão em casa e que muitas vezes não percebem, desculpem-me dizer-vos assim, o que nós todos dizemos, e também me incluo, e o que se diz muitas vezes na Assembleia da República.

Em relação a esta coisa da arte da fuga, «porque o Primeiro-Ministro não fala sempre», acreditem que os portugueses valorizam muito mais a palavra do Primeiro-Ministro quando fala para eles dos problemas deles, do que a daquele Primeiro-Ministro que está todos os dias a comentar tudo e todos.

*Protestos do PS.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Srs. Deputados, não levem a mal, vou dizer-vos com toda a tranquilidade: às vezes, tenho mais que fazer do que estar a responder-vos diariamente. E digo isto com todo o respeito, repito, com todo o respeito. Isto não significa...

*Protestos do PS.*

É, Srs. Deputados, eu assumo as minhas palavras. Fui parlamentar 16 anos, Srs. Deputados! Isto não significa que eu não esteja aqui em nome do Governo para vos dar respostas. Agora, Srs. Deputados, quando venho ao Parlamento praticamente todas as semanas, quando estou sempre disponível para participar nos debates parlamentares — e, já agora, diga-se que até gosto —, os Srs. Deputados têm a ousadia de dizer que estou em fuga só porque, numa determinada comunicação, entendi que não devia responder a perguntas!

Srs. Deputados, algum dia me furtei a algum bom debate? Algum dia me furtei a dar respostas a jornalistas ou a Deputados? Srs. Deputados, não dou, se calhar, as respostas no tempo que os Srs. Deputados querem, mas essa é uma gestão que me cabe a mim.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Nota-se!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deixem-me dizer-vos uma coisa: o País precisa de estabilidade política para continuar a ter estabilidade económica e projetar o seu futuro. É isso que nós vamos garantir.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este período de pedidos de esclarecimento.

Vamos agora dar início à fase das intervenções e a primeira é do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista. Dispõe de 15 minutos e 15 segundos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Estamos aqui reunidos para apreciar uma moção de censura, menos de 15 dias depois do mesmo exercício motivado por circunstâncias equivalentes, e a posição do Partido Socialista é, de certa forma, a mesma.

As instituições da República protegem-se com transparência e com esclarecimentos que são devidos ao Parlamento, aos cidadãos e aos demais órgãos de soberania. Temos o dever e o direito de escrutinar a atividade do Governo e a forma como os seus titulares exercem funções, pelo que temos o direito de obter as respostas necessárias para o fazer.

Até à semana passada, aliás, fomos especialmente claros quanto ao que entendíamos serem as formas de obter respostas, no momento em que as dúvidas se colocavam fundamentalmente com um eventual conflito de interesses decorrente de uma sociedade imobiliária, realidade que se confirmou não corresponder ao problema principal. De facto, o ponto não era esse, nem tinha sido fechada a porta para os instrumentos normais da vida parlamentar e cívica.

Duas coisas mudaram, de forma determinante, desde a última vez que nos reunimos. Em primeiro lugar, há vários novos factos publicados e não desmentidos, nem esclarecidos, desde o que foi noticiado pelo semanário *Expresso*, no dia 28 de fevereiro, objeto de desenvolvimento pela comunicação social, e que deixa ainda várias questões por esclarecer. Mas já lá iríamos.

Em segundo lugar, e mais importante até, em comunicação ao País, na residência oficial, na presença de todos os ministros do XXIV Governo Constitucional, o Primeiro-Ministro da República Portuguesa comunicou a todos que não responderia a mais questões sobre este tema, acusando quem faz perguntas legítimas e necessárias ao exercício das suas funções de não estar interessado em ser esclarecido e coartando aquele que deveria ser o caminho normal em democracia, em república, na República Portuguesa.

*Aplausos do PS.*

Aqui chegados, não é com ânimo leve que optámos pela solução de apresentar uma comissão parlamentar de inquérito. Sabemos bem que as comissões parlamentares de inquérito, nos últimos anos, muitas vezes revelam uma vertigem para o sensacionalismo, têm potencial para alimentar populismos e sentimentos contraditórios ao regime democrático. Há também o real risco de acharmos que as CPI são sucedâneas de tribunais ou que os Deputados se transformam em procuradores ou inspetores. O papel do Parlamento não deve ser esse.

Mas por esse receio existir não significa que, quando seja necessário, não se deva recorrer a uma comissão parlamentar de inquérito, especialmente quando se furtam e quando se fecham as portas aos outros mecanismos de esclarecimento.

Vamos ser claros: quanto à legalidade da CPI, a lei é clara: «Os inquéritos parlamentares têm por função vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do Governo e da Administração, e podem ter por objeto qualquer matéria de interesse público relevante para o exercício das atribuições da Assembleia da República.»

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso é a função!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Ora, é inegável o interesse público no esclarecimento desta matéria. É inegável que estamos no âmago das competências fiscalizadoras da Assembleia da República em relação ao Governo. É inegável que o Primeiro-Ministro e o Governo optaram expressa e declaradamente pelo silêncio, omitindo um dever perante o País, perante o Parlamento e perante os demais órgãos de soberania. E aqui reside a razão pela qual é indispensável a realização de uma comissão parlamentar inquérito.

*Aplausos do PS.*

Que fique também muito claro que não estamos a fazer acusações, estamos a pedir esclarecimentos que são devidos ao País. É a muralha de silêncio que o Governo levantou que os impede e que gera maior dano às instituições e não podemos permitir que este dano às instituições prossiga quando surgem mais perguntas legítimas.

Esteve e está nas mãos do Sr. Primeiro-Ministro, se não quer arrastar o País para eleições. A decisão é só sua. Responda às perguntas que lhe foram formuladas.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Quais?

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Já respondeu a todas!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Só de si depende ter de se evitar este caminho, estes caminhos, aliás, que degradam as instituições, que geram instabilidade e dão incerteza à vida dos portugueses. Responda às perguntas que geram dúvidas, ao invés de escolher, como fez hoje, os factos que lhe interessa realçar. Não lhe cabe a si fazer as perguntas, cabe-lhe a si dar as respostas e não inverter as regras de como o escrutínio parlamentar deve funcionar.

*Aplausos do PS.*

E não é a sua vida pessoal que está em escrutínio, tem toda a razão, é a omissão de esclarecimentos, que é um dever funcional que vem associado ao cargo de Primeiro-Ministro que exerce.

Quais são, então, as dúvidas que subsistem? Prendem-se fundamentalmente com aquilo que referi, ou seja, os termos em que o Primeiro-Ministro de Portugal exerceu funções desde abril de 2024 e as matérias que eventualmente deveriam ter sido declaradas, e podem não ter sido, perante a Entidade para a Transparência e outras entidades.

O nosso regime procura equilíbrios entre aquilo que um titular de um cargo pode fazer enquanto exerce funções, e que tem de tornar público, e aquilo que é público sobre o que fez no passado, para que se possam acompanhar os seus eventuais conflitos de interesses. Mas, nalguns casos, vai mais longe, diz mesmo que «certos cargos públicos só podem ser exercidos em regime de exclusividade» e esse é o caso de Primeiro-Ministro.

Por isso mesmo, as perguntas relativas à forma como o regime de exclusividade pode ter estado em risco pela atividade da empresa Spinumviva são aquelas que precisam de resposta e são aquelas que precisam de esclarecimento para garantir estas duas coisas: garantir que não houve conflitos de interesse e que o regime de exercício de funções foi efetivamente a exclusividade.

Das 37 perguntas que conseguimos fazer o diagnóstico de terem sido colocadas oralmente em debate parlamentar, por escrito por algumas forças políticas, pela comunicação social, até ao momento, o Sr. Primeiro-Ministro deu uma resposta completa,...

*Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... oito foram parcialmente respondidas e 29 continuam por responder. Teremos toda a disponibilidade para esclarecer quais são e em que medida é que ainda temos perguntas para fazer.

*Aplausos do PS.*

Por isto mesmo, cumpre saber, como já foi referido neste debate, a quem foram prestados todos os serviços, quais os serviços efetivamente prestados e quais os valores pagos e como é que o desaparecimento da vida desta empresa do seu principal ativo, do seu principal fundador, não afeta a sua atividade ou em que medida é que afeta, se foi esse o caso. Estando a contratar serviços a terceiros, isso não se reflete na forma como são percecionados e valorizados? Qual a natureza dos serviços prestados, tendo até em conta que, como sabemos, outras instituições públicas, como a Ordem dos Advogados, têm dúvidas sobre a eventual compatibilidade do exercício de alguma delas com regimes jurídicos vigentes?

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Não se trata, em momento algum, de impedir titulares de cargos políticos de terem vida profissional ou empresarial antes ou depois das suas funções. Trata-se de garantir que aqueles responsáveis políticos que têm de exercer as suas funções em regime de exclusividade, enquanto as exercem, estão, efetivamente, a exercê-las em regime de exclusividade e esse exercício é feito.



Queremos, obviamente, saber se o próprio Governo ativou os mecanismos de prevenção de conflitos de interesse e se ativou aquilo que o seu próprio código de conduta prevê, designadamente, a identificação e emissão de parecer sobre os riscos associados e a adoção de medidas que, eventualmente, evitariam a realidade em que estamos.

Em conclusão, a ausência de respostas do Primeiro-Ministro ou a ideia de que só responderia a quem fosse mais transparente do que ele próprio — o que não é o que resulta da nossa lei, o que não é o que resulta da nossa ordem jurídica — já seriam suficientemente problemáticas, antes mesmo de o Primeiro-Ministro, no passado sábado, ter dito ao País que não responderia a mais perguntas e que não prestaria os esclarecimentos que são devidos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é nada disso!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É pela ausência destes esclarecimentos nesta Câmara, apesar de prometidos, que se torna necessária uma CPI. É pela ausência de respostas à comunicação social, ao contrário do que corretamente fez antes, quando esclareceu as dúvidas sobre a sua residência principal, que se torna necessária uma CPI. É pela afirmação expressa e categórica de que não responderia mais, fechando-se numa concha, que é necessária uma CPI. Não tinha de ser assim.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É o relator, já está a fazer o relatório da CPI!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Finalmente, é preciso também que percebamos uma coisa neste debate. O que é que mudou desde sábado, quando o Sr. Ministro das Finanças deu nota publicamente que duas rejeições de moções de censura levariam a que o Governo considerasse que não teria de pedir uma moção de confiança?

Ora, posso antecipar uma resposta: mudou o facto de haver um regime jurídico que obriga a esclarecimentos através de uma CPI.

*Aplausos do PS.*

Não se trata — e que isto fique claro — só de fugir à CPI para não responder; trata-se de fugir à CPI provocando eleições, para não ter de responder antes dessas eleições e de poder ser escrutinado pelo resultado desse mesmo escrutínio.

*Aplausos do PS.*

Concluo como comecei: está nas suas mãos, Sr. Primeiro-Ministro, esclarecer a Câmara, esclarecer o País e evitar uma crise política.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que não há inscrições para pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP. Tem 8 minutos e 33 segundos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Quase 11 meses depois de termos discutido a moção do PCP de rejeição do Programa do Governo, mantêm-se e confirmam-se as razões para a decisão que então se impunha e que hoje é inevitável.

Além da nebulosa de suspeição que recai sobre o próprio chefe do Executivo como indício de promiscuidade entre o poder económico e o poder político, a vida mostra que hoje, como então, o PCP está certo ao confrontar o Governo com as consequências das suas opções.

Com o PSD, o CDS e o seu Governo, a direita revanchista tem em marcha um despudorado ajuste de contas com conquistas democráticas nos campos da saúde, da educação, dos serviços públicos e com as funções sociais do Estado. Este Governo mantém e perpetua o modelo de salários muito baixos e de pensões de miséria,

com 70 % dos pensionistas a receberem menos de 510 €, assim como 2 milhões de pessoas em risco de pobreza.

Ao mesmo tempo, prossegue e acentua a política de favorecimento fiscal aos grupos económicos, que só em reduções de IRC estão a desembolsar mais de 365 milhões de euros, que tanta falta fazem à criação de uma rede pública de creches e aos apoios aos idosos.

Na escola pública, importante conquista de Abril, faltam professores e degradam-se as condições de outros profissionais. É flagrante o desinvestimento no sistema público de ensino, em manifesta contradição com os apoios crescentes às entidades privadas.

Na saúde, além da drenagem de recursos públicos para o negócio privado da doença, agrava-se a falta de médicos em centros de saúde e em hospitais, encerrando-se serviços de obstetrícia e de ginecologia, como nos hospitais do Barreiro, das Caldas da Rainha e de Leiria, e urgências, especialmente pediátricas, como em Loures, no Hospital Garcia de Horta, em Vila Franca de Xira ou no Amadora-Sintra, ou fazendo depender o acesso à assistência urgente de chamadas telefónicas que transformam um direito fundamental numa lotaria.

A visão de casino do Governo aponta o ataque ao sistema público previdencial da Segurança Social com vista à privatização e lançamento dos seus preciosos recursos na roleta dos fundos de pensões. Enquanto pretende travar o acesso às reformas antecipadas, aumentar a idade de reforma e forçar o prolongamento da vida ativa dos trabalhadores, o Governo nega aos jovens o direito a um emprego seguro e com direitos, a salários justos, a um horário de trabalho que permita articular a vida pessoal e familiar com a vida profissional e impõe-lhes custos inaceitáveis com a habitação.

O desequilíbrio demográfico não se corrige castigando os mais velhos pela sua longevidade, mas com verdadeiras políticas de incentivo à natalidade, que permitam aos jovens ter os filhos no momento e no número que desejem e que assegurem o abono de família para todas as crianças e o acesso a uma rede pública de creches.

Srs. Deputados, esta espiral de desinvestimento nas funções sociais do Estado e no futuro não pode continuar. Também por isso, o Governo deve cessar aqui a sua ação nefasta.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega, que dispõe de 5 minutos e 53 segundos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Primeiro-Ministro: Levamos já várias horas de debate para todos podermos concluir que a nossa democracia está muito doente.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Essa doença tem um responsável, tem um rosto e tem um nome. Não é preciso recuarmos muito tempo, Srs. Deputados, para encontrarmos alguns rostos. Desde logo, o rosto de José Sócrates, que ainda hoje aguarda por julgamento, ou o de António Costa, um ex-Primeiro-Ministro que se demitiu pelos achados na sua residência oficial, e agora temos o deste Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, porque o clima de suspeição é insustentável.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O clima desta suspeição total do Governo não pode ser mais tolerado.

*Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.*

A voz popular ouve-se pelas ruas dizendo que temos mais um Primeiro-Ministro que compra imóveis a pronto pagamento e que recebe avenças do setor privado. E, desta bancada do PSD, ouve-se o mesmo mantra de quererem combater a voz do povo com competência!

**Vozes do PSD:** — A voz do povo?!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Srs. Deputados, mas onde é que anda a competência de VV. Ex.<sup>as</sup> na transparência? Eu digo-vos que é uma total ausência de competência. Mais: o que vos falta em transparência, infelizmente, sobra-vos em decadência.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o clima de suspeição que se abateu outra vez neste País sobre o Primeiro-Ministro é insustentável. Para além dos truques formais na angariação de avenças milionárias e dos sinais de compra de património de luxo no bairro mais exclusivo de Lisboa, na Lapa, existem muitos outros sinais na comunicação social. São obras faraónicas para fazer um duplex;...

**Vozes do PSD:** — Eh!...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — ... é residência em hotel de cinco estrelas; são as férias a convite numa praia de elite no Brasil; são partidas de golfe com o seu ex-patrão. E isto em plena crise da desconfiança nacional!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Pede desculpa!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, em política, o que parece é. Infelizmente, estas aparências são muito idênticas aos primeiros sinais que o Sr. José Sócrates deu ao País...

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo.

É uma intervenção, o Sr. Deputado refere aquilo que entende e depois há a possibilidade de contraditar. Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — As respostas são parcas. É o Sr. Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, o responsável por esta falta de competência na transparência. Não é o Chega nem a comunicação social.

Respeite o País, respeite a nação.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 3 minutos e 39 segundos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No resumo e na conclusão deste debate, fica evidente que Luís Montenegro podia ter resolvido este problema no início, mas, entre a Spinumviva e o País, decidiu pela Spinumviva.

**Vozes do PSD:** — Oh!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Luís Montenegro podia, posteriormente, ter resolvido o problema. Podia ter dito ao País que se enganou, que tinha cometido um erro e que ia, pelo menos a partir desse momento, resolver a questão para a frente. Luís Montenegro, entre a Spinumviva e o País, decidiu pela Spinumviva.

Temos toda uma situação a que os portugueses assistem com espanto e desilusão. São as decisões do Primeiro-Ministro que não põe o País em primeiro lugar; são os amuos entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, um que não informa, o outro que não atende o telefone; são as viagens de *Falcon*; são as

intromissões do Presidente da Assembleia da República a tentar condicionar a discussão, dizendo que todos os esclarecimentos foram prestados.

Os portugueses em casa continuam com as mesmas listas de espera que existiam quando tínhamos o Governo do PS. Os portugueses em casa continuam com as mesmas urgências fechadas que tínhamos quando tínhamos o Governo do PS. Os portugueses em casa continuam a olhar para os preços da habitação e a ver que não param de crescer, que continuam a disparar. Os portugueses em casa continuam a ver a escola pública sem professores, embora agora nem sequer saibamos quantos professores faltam na escola pública. É esta a situação do País.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Perante esta situação, Luís Montenegro decidiu sempre pela Spinumviva, nunca decidiu pelo País. Não transmitiu a empresa, não a fechou. Não quis resolver o problema mesmo quando teve oportunidade para o fazer — já era tarde, mas ainda tinha essa oportunidade.

Mas os portugueses sabem mais agora, depois deste debate. Sabem não só que Luís Montenegro decidiu pela Spinumviva e não pelo País, mas também que Luís Montenegro, que tenciona apresentar-se novamente a eleições se for sujeito a escrutínio, decide mais uma vez não pelo escrutínio, mas por colocar o País numa crise política.

É essa a avaliação que os eleitores portugueses terão de fazer nas próximas eleições. Pela parte da Iniciativa Liberal, vamos a elas. Vamos clarificar, vamos trazer nova esperança ao País.

*Aplausos da IL.*

*Risos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Estamos naquela fase de alguma ansiedade para a Mesa, porque não tem inscrições e está à espera que o telefone toque.

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 1 minuto e 25 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Cidadãos e Cidadãs, Sr. Primeiro-Ministro: É sabido que o Livre se opõe às políticas deste Governo. Votámos contra o Programa do Governo e o tempo deu-nos razão.

A crise da habitação continua a aumentar, a saúde está um caos, temos uma lei dos solos que compromete o futuro do País. Mas essas políticas combatem-se, e é isso que nós temos feito nestes 11 meses, porque sabemos que outro país é possível e é por esse que lutamos.

Para nós, não é isso que está hoje aqui em causa. O que está em causa é a falta de confiança institucional no Primeiro-Ministro, a falta de confiança na gestão dos seus conflitos de interesse. Esta falta de confiança é reforçada por ter arrastado todo o Governo para um problema que é exclusivamente do Primeiro-Ministro.

Mas mais: esta falta de confiança é ainda mais reforçada por não estarmos à altura do momento internacional que hoje vivemos. Portugal tem estado ausente dos principais momentos definidores das últimas semanas, onde a dinâmica internacional está a mudar tão rápido e onde temos de ter uma resposta. Portugal tem de ter um papel e não tem estado à altura.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tenha juízo!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L) — É por esta falta de confiança institucional no Primeiro-Ministro que o Livre votará a favor da moção de censura e em conformidade na moção de confiança que o Governo finalmente apresentará.

Esta crise política é só responsabilidade do Primeiro-Ministro. Cá estaremos, cá estará o Livre, de cara levantada, porque estamos no Parlamento para honrar a política e na política para honrar o País.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, que dispõe de 4 minutos e 42 segundos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este é o debate de uma morte anunciada. O Governo estava ferido de morte e cada dia que passasse não seria mais do que o adiar de um desfecho inevitável.

Sejamos claros: o que resultou da patética declaração de sábado à noite do Sr. Primeiro-Ministro não foi o anúncio da apresentação de uma moção de confiança. O que resultou foi a vontade de não o fazer.

A acusação feita ao PCP de que a apresentação desta moção de censura seria um frete ao Governo porque lhe daria uma justificação para não apresentar uma moção de confiança é uma acusação que envelheceu mal. A moção de confiança que o Sr. Primeiro-Ministro pretendia evitar tornou-se inevitável. A moção de censura até pode nem ser aprovada, mas valeu a pena.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Nunca é de mais repetir que a crise política está instalada. O que está na ordem do dia não é a possibilidade de abrir uma crise, é a possibilidade de a resolver com a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições no mais breve prazo possível.

O anúncio da apresentação desta moção de censura não foi motivado por qualquer cálculo eleitoralista ou por qualquer contorcionismo tático.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Não, camarada!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Essa forma de ver a política pode ser ao gosto de muitos comentadores, mas não é a do PCP. O objetivo do PCP, ao apresentar esta moção de censura, era fazer cair o Governo, e esse objetivo estava e está ao alcance desta Assembleia. Aliás, no momento em que esta moção de censura foi anunciada, a sua aprovação era plausível, e só deixou de o ser quando o Secretário-Geral do PS anunciou a intenção de não a votar favoravelmente.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Lá está o combate político à esquerda!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não foi o PCP que, com esta moção de censura, lançou uma boia de salvação ao Governo. Se alguém o fez, foi o PS, ao anunciar que não a aprovaria no momento em que o voto do PS se afigurava decisivo para a sua aprovação.

Só que essa boia, como se viu, saiu furada. Ao recusar a aprovação de uma moção de censura e anunciar o voto contra uma eventual moção de confiança, o que o PS veio dizer é que queria a demissão do Governo, mas apenas se e quando o Governo quisesse. Depositou nas mãos do Governo o «se» e o «quando» da sua demissão e anunciou a criação potestativa de uma comissão parlamentar de inquérito.

O PCP não se opõe à utilização de todos os meios de escrutínio da atividade do Governo e dos seus membros por parte desta Assembleia. Mas não podemos deixar de questionar onde pretende o PS chegar com esta iniciativa.

Num tempo em que se discute a guerra ou a paz na Ucrânia, o genocídio do povo palestino às mãos de Israel, a guerra comercial dos Estados Unidos contra o resto do mundo e a histeria armamentista da Comissão Europeia, e em que em Portugal faltam médicos nos hospitais, faltam professores nas escolas, faltam casas que as pessoas possam comprar ou arrendar, este Parlamento, já tão desacreditado, arrisca-se a passar o tempo e a envolver os seus maiores esforços a fazer três dúzias de audições sobre a empresa familiar do Primeiro-Ministro e o mistério do pagamento de dois apartamentos na Travessa do Possolo.

Será preciso uma comissão de inquérito para perceber que este Governo já não tem quaisquer condições para continuar em funções? Os factos que envolvem o Sr. Primeiro-Ministro põem irremediavelmente em causa as suas condições para permanecer no cargo. Se todo o País já percebeu isso, qual é a parte, Srs. Deputados do PS, que ainda não perceberam?

*Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

Poderia haver manobras táticas que suportassem este Governo por mais algum tempo, mas isso seria inglório porque o País já não o suporta.

Podemos resolver isto já hoje, Srs. Deputados.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O PCP, que, ao contrário do que alguns afirmaram, não fez nenhum frete ao Governo, pode poupá-lo a um frete. Se há uma maioria nesta Assembleia que recusa a confiança ao Governo, aprovem hoje a moção de censura e poupamos o Governo ao embaraço de ver rejeitada a moção de confiança. E assim o País ganha tempo porque é urgente sair desta crise.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Precisava de dar a palavra a algum dos Srs. Deputados que quisesse exercer a mesma. Se não houver nenhuma vontade nesse sentido...

*Pausa.*

O Prof. Vítor Gaspar iria presidir bem a este momento do nosso Plenário.

*Pausa.*

Espero uma, espero duas...

Bom, vamos então para a fase do encerramento.

*Pausa.*

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, que dispõe ainda de 7 minutos e 27 segundos para uma intervenção.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo: Discutimos a possibilidade de o Governo poder hoje terminar, com a aprovação de uma moção de censura. Discutiu-se pouco aquilo que verdadeiramente interessa às pessoas que assistem aqui ao debate ou que nos acompanham a partir de casa: discutiu-se pouco ou nada!

O Grupo Parlamentar do PSD procurou, durante o debate, interpelar o partido censurante sobre se estava ou não de acordo com aquilo que o Governo estava a fazer, desta feita do ponto de vista territorial, distrito a distrito; quando há uma semana o fizemos do ponto de vista das políticas nacionais, com a outra moção censura, do Chega.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas evitou-se falar do País,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora essa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... evitou-se falar daquilo que verdadeiramente interessa à vida das pessoas, para se continuar naquilo em que andamos há cerca de 15 dias.

*Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.*

Vamos lá, então, àquilo em que andamos há cerca de 15 dias, e vamos lá então ao balanço deste debate.

Neste debate, como de resto nos últimos 15 dias, tem valido tudo. Começou o debate com o País a ouvir o Deputado André Ventura a dizer ao Governo que este Governo não tem, nem nunca teve, a confiança do Deputado André Ventura e do Chega.

Vale mesmo tudo! Quem não se recorda de o Deputado André Ventura querer fazer parte deste Governo e do «não é não» do Primeiro-Ministro de Portugal?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Ele, querer, queria! Mas quem não teve confiança foram o Primeiro-Ministro e o Governo, no Chega.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ouvimos o pináculo da política extraordinária, com a Iniciativa Liberal a vir defender, neste púlpito, o encerramento de empresas.

*Protestos dos Deputados da IL Mário Amorim Lopes e Rui Rocha.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não se zanguem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Falamos de...

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não, não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Chegamos à conclusão, Sr. Primeiro-Ministro, de que o problema era se esteve ou não em exclusividade no exercício das suas funções.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E não é um problema pequeno!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É um problema grande!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ouve-se, da bancada do Partido Socialista: «Esse não é um problema pequeno, esse é um problema grande!»

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — E está correto!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dizem os Deputados do Partido Socialista que o Sr. Primeiro-Ministro, que já não era sócio de uma empresa há mais de um ano antes de ser Primeiro-Ministro,...

*Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.*

... podia ter sido beneficiado porque essa empresa era da esfera familiar do Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É mentira e verdade ao mesmo tempo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Portugueses, quero que saibam aquilo que os Srs. Deputados tiveram oportunidade de dizer neste debate, mas não disseram: o Primeiro-Ministro podia até ser, do ponto de vista legal, sócio dessa empresa. Levou-o o escrúpulo a não ser!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas houve outros primeiros-ministros, no passado, que exerceram a função em exclusividade e foram primeiros-ministros sócios de várias empresas.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mário Soares outra vez?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tenho o maior dos respeitos — tenho mesmo! —, pela democracia e pelos seus pais fundadores. Mário Soares foi Primeiro-Ministro quando era sócio e dono de um colégio que a esposa geria, e nunca este Parlamento levantou um problema, nem de exclusividade, nem de conflito de interesses.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Foi, em 1983!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Francisco Pinto Balsemão, fundador do PPD-PSD, foi Primeiro-Ministro quando era sócio e dono do maior, e na altura único, semanário que havia em Portugal, de referência na política nacional.

Nunca este Parlamento, nunca nenhum Sr. Deputado pôs em causa a idoneidade, a seriedade, a independência ou qualquer conflito de interesses destes primeiros-ministros.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS e do Deputado do L Rui Tavares.*

Mas espantem-se, portugueses, já não é o facto de ser sócio — que não é, mas podia ser! —, já não é o facto de não estar na empresa, é o facto de ser casado com uma das sócias.

Provavelmente, Sr. Primeiro-Ministro, portuguesas e portugueses, preferem aqueles que se escondem atrás de divórcios de fachada ou que prometem vender a outros, para que ninguém saiba o que têm.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Primeiro-Ministro não é assim!

*Continuação de aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, portuguesas e portugueses, questiono se já alguém perguntou aos Deputados ou aos membros do Governo, que estão aqui em exclusividade e que são casados, em comunhão geral de bens ou em comunhão de adquiridos, o seguinte: Srs. Deputados, que estão no Parlamento em exclusividade e que estão casados — e bem casados! —,...

*Risos gerais.*

... quando vão ao restaurante e é a vossa mulher quem paga o almoço ou o jantar, os senhores estão a violar a exclusividade só porque a vossa mulher também trabalha, também tem vida, também tem rendimentos que são do vosso património?



*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É a política levada ao ridículo!

**Vozes do PS:** — É ridículo, é!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É a política levada ao ridículo!

*Protestos de Deputados do PS e do L.*

Todo o ruído que se ouve tem um intuito: criar ruído para que as pessoas não percebam aquilo que é óbvio.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Cómico!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Disse-se aqui hoje — valeu tudo! — que o Primeiro-Ministro tem medo de uma comissão parlamentar de inquérito. Ora, se o Primeiro-Ministro se dá ao escrutínio dos portugueses só depois de o Partido Socialista dizer que é nesta ou na próxima Legislatura que há uma comissão parlamentar de inquérito, qual foi o medo que o Governo apresentou? Qual foi o medo que o Primeiro-Ministro aqui trouxe?

*Aplausos do PSD, com Deputados de pé, e do CDS-PP.*

Mais: querem saber tanta coisa numa comissão parlamentar de inquérito, mas quantas perguntas fez, por escrito, Pedro Nuno Santos ao Governo e ao Primeiro-Ministro de Portugal, na prerrogativa do uso que tem como Deputado?! Não fez!

*Continuação de aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

E não fez porque só quer a chicana política, só quer tentar apodrecer o Governo e atirar à idoneidade do Primeiro-Ministro.

O maior escrutínio, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é o escrutínio do povo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quem não quer uma crise política assume, no momento que se votar a moção de confiança deste Governo, que é pela estabilidade, que confia na idoneidade e na seriedade do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou então a crise política tem um responsável: quem lança lama e vota contra a moção de confiança.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Vamos a eles!

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado Hugo Soares tem um pedido de esclarecimento — embora depois não tenha tempo para esclarecer — da Sr.<sup>a</sup> Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos, Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, agora que o comício do PSD e do CDS terminou...

**Vozes do PSD:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — ... vamos falar, com seriedade, sobre aquilo que nos traz aqui.

*Aplausos do PS.*

Sr. Deputado Hugo Soares, a crise política, que já hoje foi provocada no País, tem um único e exclusivo responsável, que é o Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

A desconfiança nas instituições, que já hoje existe no nosso País, tem um único responsável, que é única e exclusivamente o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — A desistência na governação — seja na habitação, seja na educação, seja na saúde,...

*Protestos de Deputados do PSD.*

... seja em momentos importantes de política internacional, de onde este Governo tem estado ausente — tem um único e exclusivo responsável, o Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

E fê-lo porque assim quis,...

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

... escudando-se, num primeiro momento, na sua empresa, mostrando alguma falta de ética; em segundo lugar, na sua própria família,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eh lá!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — ... como aliás o líder parlamentar tentou aqui fazer, mostrando também alguma falta de moral;...

**Vozes do PSD:** — Ah!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — De moral? Porquê?

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — ... e, em terceiro lugar, no seu próprio Conselho de Ministros, mostrando, permita-me, uma grande falta de coragem.

*Aplausos do PS.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, o silêncio é mesmo ensurdecador.

E se, de si, já sabemos com o que podemos contar, lembrava que «os membros do Governo têm de estar sempre disponíveis e capazes de prestar os esclarecimentos que se impõem a cada momento» — as palavras não são minhas, são do agora Ministro das Finanças, quando era líder parlamentar — e perguntava ao líder parlamentar do PSD: não acha que o povo português merece que, com alguma humildade, esses esclarecimentos sejam dados?

**Vozes do PSD:** — Já foram!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Foram todos, todos!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — É que é só isso que o Partido Socialista quer!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O que lhe pergunto é isso mesmo: se o Partido Socialista, desde o primeiro momento, quer esclarecimentos e eles não são dados,...

*Protestos do PSD.*

... e o que nós utilizamos são figuras regimentais para o efeito,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Já estão a recuar com a CPI!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — ... porque é que não querem esclarecer e querem ir a eleições?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Por cedência de tempo da Iniciativa Liberal ao PSD, de 30 segundos, o Sr. Deputado Hugo Soares tem 22 segundos, mais a tolerância, para responder. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço o tempo cedido pela Iniciativa Liberal.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão é muito simples, é que nós vivemos mesmo naquela lógica da «pescadinha de rabo na boca», não sei se conhece.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eram sardinhas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É que, por muito que o Sr. Primeiro-Ministro responda,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A todas! Isso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... os senhores vão sempre dizer que não.

**Vozes do PS:** — Ah!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A grande questão essencial é que me recordo de que, na última sexta-feira de manhã,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos levantou as questões que achava que deviam ser levantadas, que elas foram respondidas durante o dia...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Todas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e que ele teve de virar a casaca, à tarde, a dizer que queria uma comissão parlamentar de inquérito.

*Protestos de Deputados do PS.*

Os senhores não querem esclarecimentos, os senhores querem chicana política. É o que os senhores querem!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos e 24 segundos. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro está demasiado animado com a hipótese de eleições para se vitimizar neste debate.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou é porque está contente ou é porque está triste!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O Sr. Primeiro-Ministro sabia perfeitamente como podia evitar uma moção de confiança: era explicar e esclarecer.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Esclareceu!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro...

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Temos todos de nos ouvir uns aos outros. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

*Continuação de protestos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada não começa enquanto não houver condições.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O aparte parlamentar também se aplica quando o Bloco de Esquerda fala!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Eu cumpro as ordens do Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenho a consciência de que sou bastante justo nesta gestão do tempo. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, nós não podemos escolher as respostas que dá, mas o Sr. Primeiro-Ministro não pode escolher as perguntas que nós queremos fazer, nem dizer, por nós, quando é que estamos esclarecidos ou não.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nós tivemos um cuidado: escrevemos todas as perguntas que queríamos que fossem esclarecidas. E o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

*Protestos de Deputados do PSD.*

Escolheu não responder, e não conseguiu desmentir a informação básica que nos traz aqui hoje, de que a empresa é sua.

**Vozes do PSD:** — Ainda falta resposta?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Primeiro-Ministro, não diga que não vendeu a empresa por uma questão de transparência, porque senão somos obrigados a perguntar porque é que passou a quota a um familiar direto, na altura.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não vendeu, porque a empresa é sua, foi criada por si, são os seus clientes, são os serviços que presta. E um Primeiro-Ministro que confunde o interesse privado com o interesse público, um Primeiro-Ministro que não responde às perguntas que lhe são feitas, não pode sê-lo.

Se o Sr. Primeiro-Ministro prefere eleições a explicações, vamos a isso: vamos clarificar tudo, vamos a eleições. Mas não há nenhum *spin* que apague a realidade, e a realidade é que o Sr. Primeiro-Ministro preferiu eleições a dar explicações.

Vamos clarificar tudo: o Sr. Primeiro-Ministro escolheu o seu interesse, escolheu a sua empresa, escolheu não dar explicações. Clarifiquemos isso em eleições, mas clarifiquemos mais, clarifiquemos que um Governo que olha para a habitação como uma imobiliária será incapaz de resolver a crise imobiliária, a crise da habitação, a crise de quem ganha 1000 € e paga uma renda de 800 €.

Clarifiquemos que um Governo que olha para a saúde do ponto de vista de uma seguradora privada ou de um hospital privado não vai resolver o problema do SNS, e que um Governo que compra as bandeiras da extrema-direita, para roubar votos à extrema-direita,...

**Vozes do CH:** — Eh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... não vai conseguir resolver o problema da democracia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o Bloco que vai!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Clarifiquemos isso e Portugal terá um melhor Governo.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 23 segundos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quase no final deste debate, tenho de agradecer ao Deputado Hugo Soares e ao Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Obrigado por nos terem dito «não é não», porque, realmente, o Chega nunca podia participar neste Governo,...

*Risos do PSD.*

... que mete os interesses pessoais à frente do interesse dos portugueses.

*Aplausos do CH.*

Nós nunca, nunca poderíamos fazer parte de um Governo assim. É que se fizessemos parte deste Governo,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se fizessem, o Miguel Arruda agora era ministro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... certamente não estaríamos hoje, aqui, a discutir esta moção de censura.

Aliás, com esta moção de censura, já notámos que estamos numa dupla campanha: tivemos uma campanha autárquica, feita pelo PSD, mas que mostrou também uma campanha legislativa. Ou seja, já juntaram as duas campanhas, e vai ser assim daqui em diante. Tivemos os anúncios de propaganda deste Governo — porque, desde que tomou posse, este Governo tem sido uma propaganda pegada! —, e reparem bem: aeroporto, onde é que está? No papel.

*Risos de Deputados do PSD.*

Hospitais, onde é que estão? No papel. TGV, onde é que está? No papel.

Ou seja, são anúncios, anúncios, anúncios e não passam do papel. Tem sido sempre o que tem feito este Governo.

*Aplausos do CH.*

Mas vamos recordar como começou esta história: é que esta história teve um protagonista e começou com o ex-Secretário de Estado Hernâni Dias, que abriu imobiliárias quando já era membro deste Governo. Pasmese! Pasmese!

É que Hernâni Dias regressou hoje ao Parlamento e está ali sentado.

*O orador apontou em direção do Deputado Hernâni Dias.*

É verdade, saiu da bancada do Governo, mas voltou ao lugar de Deputado. Assim é este PSD! Ou seja: cometeu uma infração, não serve para o Governo, mas serve para ser Deputado. Pois, olhe, no Chega é diferente! Aqui, no Chega, é diferente, Sr. Primeiro-Ministro. É diferente!

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, recordo que disse que tinha sido imprudente o que fez o ex-Secretário de Estado, Hernâni Dias. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, então porque é que não resolveu o problema há três semanas atrás? Porque é que não falou ao País? Porque é que não olhou os portugueses nos olhos e foi sincero com os portugueses?

Demorou três semanas a tentar fazer isso. Já ninguém acredita nas suas explicações, Sr. Primeiro-Ministro.

Aliás, conseguiu hoje, neste debate, não explicar aos portugueses como é que comprou, a pronto, duas casas numa zona nobre em Lisboa.

*Protestos de Deputados do PSD e do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.*

Foi mais uma explicação que não conseguiu dar aos portugueses.

E também não explicou como é que se faz uma empresa que, sem página na *internet*, sem *email*, onde a sede era a sua casa e o telemóvel era o do Primeiro-Ministro, faturou milhões e milhões.

*Aplausos do CH.*

*Risos do Primeiro-Ministro.*

Como é que conseguiu fazer uma empresa... Explique aos portugueses, porque certamente os portugueses, lá fora, querem saber isso.

Não, Sr. Primeiro-Ministro, não é esconder a empresa, é transparência que nós pedimos. O seu Governo é censurado por não ser transparente, e a verdade é que disse que criou uma empresa... Ó Sr. Primeiro-Ministro, só disse que criou uma empresa porque saíram as notícias na comunicação social, porque senão nunca, nunca tinha dito nada.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Está declarada, pá!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estava na Entidade para a Transparência!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E sim, e sim...

*Continuação de protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tem acesso direto!

O Sr. **Presidente**: — O tempo está parado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu percebo o nervosismo do PSD e do CDS...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Metade deles vão desaparecer, eu percebo bem isso.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terei de contar isso para o seu tempo. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E sim, Sr. Primeiro-Ministro, a crise política foi criada por si. É o único rosto desta crise política, e agora, não venha com a história do coitadinho, porque isso já não cola. Lamento, Sr. Primeiro-Ministro, o seu tempo chegou ao fim.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Alexandra Leitão, do Partido Socialista, dispõe de 4 minutos e 46 segundos para a sua intervenção. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Esta é a segunda moção de censura, em 15 dias, que discutimos nesta Assembleia da República. O Governo é, atualmente, sem sombra de dúvida, um fator de instabilidade política, e merece censura.

*Protestos do PSD.*

Merece censura pela sua governação em áreas como a saúde. O relatório da IGAS (Inspeção-Geral das Atividades em Saúde) é claro quanto à incúria da Ministra da Saúde na gestão da greve do INEM e nas suas devastadoras consequências.

*Aplausos do PS.*

É até incrível, Sr.<sup>a</sup> Ministra, que permaneça em funções até ao fim do Governo.

Mas a ausência de esclarecimentos do Sr. Primeiro-Ministro, sobre a sua própria situação declarativa, profissional e fiscal eleva a opacidade a novos patamares.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Essas insinuações!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Este é um Primeiro-Ministro que lida mal com o escrutínio e com a transparência e que prefere, por isso, o silêncio...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Deu quatro explicações!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... ou, quando fala, lançar uma cortina de fumo sobre aquilo que verdadeiramente interessa, num enredo de detalhes inúteis e excessivos.

*Protestos de Deputados do PSD.*

Ou então, se calhar, a gritaria do Sr. Deputado Hugo Soares.

**Vozes do PSD:** — Eh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro foge tanto ao escrutínio que prefere lançar o País na instabilidade, apresentando uma moção de confiança, do que sujeitar-se, democraticamente, a uma comissão parlamentar de inquérito, que, aliás, parece demonstrar temer.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

No Grupo Parlamentar do Partido Socialista, só queremos os esclarecimentos que são devidos em democracia e que o Sr. Primeiro-Ministro não quer dar.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Deu, quatro explicações! Está gravado!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Senão, vejamos: o Sr. Primeiro-Ministro não esclareceu esta Assembleia nem o País por que razão não deu cumprimento às obrigações declarativas que a Lei n.º 52/2019 lhe impõe; o Sr. Primeiro-Ministro não esclareceu esta Assembleia nem o País porque é que a empresa de que foi detentor até hoje — e que é uma continuação da sua atividade profissional — continua a prestar serviços a empresas, mesmo após a assunção de funções como Primeiro-Ministro, e o porquê da diferença entre os pagamentos recebidos e aquilo que a sociedade paga aos subcontratados; o Sr. Primeiro-Ministro não esclareceu a Assembleia nem o País sobre o cumprimento de obrigações contributivas, designadamente no quadro do regime jurídico de transparência fiscal aplicado às sociedades de advogados.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Que insinuação torpe!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — O Sr. Primeiro-Ministro, que foi tão exigente em tantas situações com o anterior Governo, foge agora ao escrutínio.



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicitou várias vezes esclarecimentos, e cada vez mais vêm a público notícias e informações que nos deixam preocupados, mas, no sábado passado, o Sr. Primeiro-Ministro deu por terminado qualquer esclarecimento adicional, desafiando a oposição a reagir como entendesse.

Perante a sua recusa em dar esclarecimentos, nada mais se podia fazer do que usar os instrumentos parlamentares — aliás, como o próprio Sr. Presidente da República sugeriu, que se utilizassem os instrumentos parlamentares —...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — ... para obter, em nome dos portugueses, os esclarecimentos a que os portugueses têm direito, requerendo potestativamente uma CPI.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Ficámos a saber, neste debate, que o Sr. Primeiro-Ministro tem mais que fazer do que responder a este Parlamento, aos jornalistas, aos cidadãos.

**Vozes do PS:** — Pois é!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É exatamente ao contrário!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — Estranha conceção de democracia, Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

O Governo e o Primeiro-Ministro são fatores de instabilidade política porque preferem lançar o País na crise política a prestar os esclarecimentos devidos. Não se trata, Sr. Primeiro-Ministro, de o desgastar, trata-se de garantir a transparência necessária à saúde de um regime democrático.

O Sr. Primeiro-Ministro quer ir a eleições sem escrutínio, porque tem medo desse escrutínio e pretende relegitimar-se em eleições. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me dizer-lhe duas coisas:...

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

... nem os portugueses se deixam enganar, nem o voto popular legitima irregularidades praticadas pelos políticos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Primeiro-Ministro presta um péssimo serviço à democracia e ao País...

*Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.*

... ao deixar sem resposta a questão central de tudo isto, que é saber se um primeiro-ministro em funções pode ser avançado.

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É falso! Falso!

A Sr.<sup>a</sup> **Alexandra Leitão** (PS): — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não deixará esta questão sem resposta. Sabe porquê, Sr. Primeiro-Ministro? Por uma razão: é que não, não pode!

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Tem de ir fazer o curso de Direito outra vez!

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais nenhum pedido de inscrição junto da Mesa, e sendo o tempo disponível para cada um dos grupos parlamentares relativamente reduzido, poderei presumir que não há mais ninguém que deseje falar.

*Pausa.*

Muito bem, passamos então à fase de encerramento do debate. Para a intervenção de encerramento em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é o Nuno Melo?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Podia ser o Nuno Melo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dispõe de 10 minutos para a respetiva intervenção. Faça favor.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Rangel): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas membros do Governo: Chegamos ao período de encerramento e quem tiver ouvido as bancadas da oposição pode já tirar duas conclusões. A primeira é a de que parecem ou simulam viver num Portugal de bairro ou de paróquia,...

**Vozes do PS**: — Oh!...

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... embrenhados numa novela picaresca, agarrados ao teor literal desta ou daquela frase ou ao deleite de uma foto, com a curiosidade *voyeurista* do vizinho do lado ou da senhora do 2.º andar, proclamando princípios, mas ocultando fins.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Repito: proclamando os princípios, mas ocultando os fins.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Este não foi o debate de um País que tem o maior desafio estratégico externo dos últimos 80 anos e que tem um Governo que lidera, que está a transformar, com resultados económicos e sociais para apresentar, ao fim de oito anos de inação socialista. Digo com pena e com sentido da gravidade: este não foi o debate de que o País carece e que Portugal merece.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — A segunda conclusão diz respeito ao maior partido da oposição, o Partido Socialista, que aqui mostrou uma duplicidade e um tacticismo inaceitáveis, na atitude típica de quem quer mas não pode e de quem pode mas não quer.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Considera a situação inadmissível, mas não quer a moção de censura e tem pavor da moção de confiança.

Quando, intermitentemente, reclama a moção de confiança, diz, como disse o seu líder no sábado passado, que se ela for apresentada é uma pura chantagem.

Inventa uma comissão parlamentar de inquérito, mas já confirmou, qualificou e adjetivou — ouçam as últimas palavras da Deputada Alexandra Leitão —, todos os factos que, supostamente, quer investigar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, se tem as conclusões, para que quer a comissão?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E, já agora, deixem-me dizer o seguinte: dizem que o voto de confiança quer impedir a comissão, mas se o PS diz que vai haver comissão, antes ou depois de eleições, esse argumento desaparece.

**Vozes do PSD:** — Claro!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não desaparece, não!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — E mais: como pode dizer isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se a moção de confiança foi anunciada antes da CPI,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — ... e quando o PS era ainda contra a CPI?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do PS.*

Digo ao líder do PS: a história é fácil! Quando o PS percebeu que ia mesmo haver moção de confiança, tratou de apresentar a CPI para ver se a impedia.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ó pá!...

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Mas, Srs. Deputados do PS, vou dizer-lhes o seguinte: se querem tanto a comissão parlamentar de inquérito, têm bom remédio e remédio fácil. Abstenham-se no voto de confiança...

**Vozes do PS:** — Ah!...

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — ... e comecem a inquirição daqui a 15 dias.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É fácil!

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Meus caros amigos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, com tanta errância, falta de clareza, falta de frontalidade e taticismo, o PS fez aqui a figura — que já todos perceberam — de «agarrem-me, senão eu mato-o».

*Risos de Deputados do PSD.*

Na verdade, o PS não quer moção de censura, não quer moção de confiança, quer aquilo que hoje aqui trouxe e que doravante será a nova figura da política portuguesa — a moção de descensura.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Começa o segundo quartel do século XXI sob o signo de uma mudança enorme que toca diretamente o conceito estratégico de Portugal enquanto Estado atlântico e atlantista.

Com um gene atlantista, um gene europeísta, um gene lusófono, um gene ibero-americano, um gene de diáspora extensa e ativa e, por causa da combinação de todos eles, um gene multilateralista e universalista, como pode Portugal adaptar-se, defender e afirmar os interesses nacionais e os valores universais nos novos tempos que se avizinham?

Com as tensões protecionistas, com o fim do multilateralismo, com o advento da diplomacia transacional, com o relaxamento da cumplicidade transatlântica, com a velha lentidão europeia, como nos devemos posicionar? Como nos devemos posicionar para conservar o nosso *soft power* global e manter a prosperidade económico-social e as boas contas que este Governo foi capaz de criar e de imprimir?

*Protestos do PS.*

Foi isto, foi isto...

*Continuação de protestos do PS.*

Sr. Presidente, eu sou interrompido e nunca para o tempo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, está parado. O tempo está parado.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — É que nunca para.

O Sr. **Presidente**: — Está parado, Sr. Ministro.  
Queira continuar.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Foi isto que, votem como votem, mesmo com os votos de conveniência socialista, as oposições não quiseram debater e não quiseram discutir.

Pior do que isso, vieram para aqui fomentar a instabilidade, que pode interromper o ciclo de crescimento económico, de valorização salarial com a concertação social, de valorização dos pensionistas, de valorização das carreiras públicas — professores, polícias, militares, oficiais de justiça, guardas-prisionais, bombeiros, profissionais de saúde.

Mas que fique claro: este Governo, este Primeiro-Ministro e os partidos que o apoiam não desistem nem do crescimento nem da valorização dos trabalhadores e pensionistas. Não desistimos! Não vamos desistir!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vieram aqui para fomentar a instabilidade e quebrar o ciclo da baixa de impostos, em especial da baixa de impostos para jovens, da tomada de decisões estratégicas, como o novo aeroporto de Lisboa, a alta velocidade, o aproveitamento hídrico, o fomento da habitação pública, o incentivo à construção de habitação a custos moderados, o combate à corrupção, a simplificação administrativa, o relançamento e, finalmente, a execução do PRR, que estava parado com os projetos socialistas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas que fique claro: este Governo, este Primeiro-Ministro e os partidos que o apoiam não desistem deste movimento reformador que está a transformar o País. Não desistimos! Não vamos desistir!

Vieram hoje fomentar a instabilidade — seja no modo agudo de voto instantâneo, seja no desejo eterno do PS da agonia lenta das instituições.

*Protestos do PS.*

Vieram fomentar a instabilidade no momento mais difícil da vida internacional dos últimos 80 anos, sem sentido de responsabilidade e num reflexo de simples indiferença.

A indiferença e irresponsabilidade é tal que, no afã de alimentar o enredo e a trama de intrigas e de devassas, criticaram — a começar pelo Chega, que ainda não nos disse se está do lado da Ucrânia ou se se mudou para o lado da Rússia — a presença do Primeiro-Ministro no Brasil...

*Protestos do CH.*

... para a maior e mais completa cimeira entre os dois países. Sendo o Brasil um país-irmão, grande ator global, determinante no novo xadrez internacional, até para a questão da Ucrânia, queriam que o Primeiro-Ministro prescindisse da visita ao Brasil?

Ouvimos, aliás, crítica igual ao silêncio durante a visita de Estado do Presidente Macron. Mas alguém acha que, vindo de Washington e a caminho de Londres, deveríamos desvalorizar a presença do Presidente francês em visita de Estado a Portugal?

Isto mostra bem que, ao contrário de muitos, o Primeiro-Ministro não desiste, nem desistirá. O Governo não desiste, nem desistirá. O PSD e o CDS não desistem, nem desistirão!

*Protestos do CH.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, votem como votarem, e lembro ao PS que ainda está a tempo de viabilizar a comissão parlamentar de inquérito se quiser abster-se no voto de confiança, leiam os meus lábios,...

*Risos do PS, do CH e da IL.*

... leiam bem os nossos lábios: com moções de censura, com votos de confiança, aconteça o que acontecer, o Primeiro-Ministro não desiste, não vai desistir; o Governo não desiste, não vai desistir; o PSD e o CDS não desistem, não vão desistir. Nós não vamos desistir, porque há uma coisa que marca este Governo e faz a diferença dos anteriores: é que nós nunca vamos desistir de Portugal!

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção de encerramento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Dispõe de 10 minutos.

Havendo alguns Deputados a sair e outros a entrar, peço à Câmara o favor de dar condições à Sr.<sup>a</sup> Deputada para proferir a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A apresentação da moção de censura ao Governo e à sua política já obrigou o Governo vir a público fazer o que quis evitar no passado fim de semana.

A nossa iniciativa mostrou a assertividade do PCP, na sequência da declaração do Primeiro-Ministro ao País, de anunciar uma moção de censura, ao não ficar enredado nas suas palavras para que, no final, ficasse tudo na mesma e para que o passar do tempo ajudasse ao esquecimento. Não deixámos que o Governo pudesse seguir a sua estratégia e obrigámos a uma definição.

Hoje mesmo, sem esperar por iniciativas e conveniências do Governo, temos a oportunidade de traduzir essa falta de confiança, resultante de todas e diversas razões para o fazer, com a aprovação de uma clara e inequívoca censura ao Governo, à sua ação e à sua política.

Em boa hora, tomámos a iniciativa, não nos deixando enredar no jogo de palavras da comunicação do Primeiro-Ministro.

Neste debate, esteve presente o incómodo de diversas forças políticas: houve quem estivesse mais entretido a procurar justificar o injustificável e houve quem evitasse assumir uma posição clara para tentar passar despercebido o seu compromisso com o Governo e as suas opções políticas.

Para o PCP, não é indiferente a sucessão de factos que atolam e descredibilizam a vida política, mas o PCP também deixou claro que não pactua com a acelerada degradação da situação do País no plano político, económico e social, nem com as teias de influência para favorecer interesses privados, não virou a cara a essa realidade e, por isso, apresentou esta moção de censura com o objetivo de travar a degradação da atual situação do País, por uma política alternativa de progresso e de desenvolvimento.

Neste debate, trouxemos o país real, a realidade concreta, os problemas sentidos pelos trabalhadores e pelo povo. Ainda bem que o fizemos, porque são, de facto, muitas as razões para censurar o Governo e a sua política, desde logo a confusão entre o exercício de cargos políticos e interesses particulares e uma política de favorecimento dos grupos económicos e multinacionais, enquanto os trabalhadores, os reformados, os jovens vivem cada vez com mais dificuldades.

A suspeição que paira sobre a atuação do Primeiro-Ministro com a manutenção de uma atividade privada, quando já exercia as suas atuais funções, coloca em causa a sua credibilidade. Estes são factos que só levam à sua fragilização e que contribuem sobremaneira para a descredibilização das instituições.

A promiscuidade entre o público e o privado é censurável, tal como são censuráveis as opções políticas que se traduzem na degradação das condições de vida, com a manutenção de baixos salários e pensões, com o aumento do custo de vida, com o caminho de destruição de serviços públicos, de desinvestimento público, de privatizações ou de incentivo à especulação. Estas são opções políticas que conduzem a um aprofundamento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres em Portugal.

Vidas exploradas, elevados ritmos de trabalho, trabalhar de dia e de noite, pais que não conseguem acompanhar os filhos, crianças privadas dos seus direitos, jovens obrigados a emigrar, sonhos sistematicamente adiados, esta é a realidade de milhares e de milhares de trabalhadores e das suas famílias.

Os lucros de 32 milhões de euros por dia, alcançados pelos principais grupos económicos, contrastam com os milhões de trabalhadores com baixos salários e com mais de 1 milhão de reformados com pensão inferior a 510 €.

Negociatas para favorecer os grandes interesses, seja a apropriação de mais recursos públicos, por exemplo pela ANA (Aerportos de Portugal)/Vinci a propósito do novo aeroporto, novas parcerias público-privadas, seja a privatização de empresas estratégicas para a economia como a TAP, tudo serve de pretexto a este Governo para facilitar, para transferir, para salvaguardar os interesses dos grupos económicos, mesmo quando contrários ao interesse público.

Veja-se na saúde, em que perante as gigantescas carências no Serviço Nacional de Saúde, o que faz o Governo? Encerra serviços públicos para transferir cuidados de saúde e recursos financeiros para os grupos privados e asfixia o Serviço Nacional de Saúde por todos os lados, para o desarticular, com o fito de alimentar o negócio da doença no setor privado.

Veja-se na habitação, em que a prioridade do Governo não é combater a especulação, mas, sim, promove-la, deixando famílias sem qualquer alternativa a não ser abandonar a casa.

Veja-se no desinvestimento na escola pública, com alunos sem professores a pelo menos uma disciplina, com alunos com necessidades específicas sem respostas, com dificuldades acrescidas no acesso e na frequência no ensino superior.

Porque se resiste a travar o atual rumo de decadência? Não o fazer adensará ainda mais os problemas. Não se quer evitar isto em nome de quê? Da estabilidade? Qual estabilidade? De uma estabilidade que não existe no quadro político e, muito menos, na vida de quem trabalha e trabalhou uma vida inteira?

É um Governo derrotado. Já todos perceberam.

E, apesar de estar à frente dos olhos de todos, foram precisos todos estes dias para que o Governo viesse a público anunciar uma atitude dada à indissociável deterioração da situação do País no plano político, económico e social e da qual este Governo e o seu Primeiro-Ministro são responsáveis.

O Primeiro-Ministro veio a este debate já em tom de campanha eleitoral, recorrendo a toda a máquina de propaganda. O PSD e o CDS o que têm para oferecer são anúncios atrás de anúncios.

Registamos a enorme contradição em que o Partido Socialista está mergulhado. O discurso oposicionista não encontra correspondência quando se trata de dar a mão ao Governo no apoio ao seu programa no Parlamento, na lei dos solos, nas benesses no IRC para os grupos económicos. Afirma que o Governo não é merecedor de confiança, critica as consequências desta política, mas, depois, o PS não é consequente com a apreciação que faz.

Podem vir todos os esclarecimentos que são devidos. Mas alguém acha que algum esclarecimento vai alterar o que já se sabe? Ou seja, que há, de facto, mistura entre o exercício de cargos políticos e interesses particulares e que as opções políticas deste Governo não resolvem os problemas, aliás, são o principal problema.

Por isso, se o Governo não merece confiança, e não merece, se as suas políticas são desastrosas para o povo e para o País, e são, só há uma solução: acompanhar o PCP nesta moção de censura.

Não é preciso esperar pela moção de confiança. Arrastar a atual situação não beneficia nada nem ninguém. A decisão pode ser já tomada hoje, clarificando já a situação. Não há motivos para adiar a saída de um Governo derrotado.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, os trabalhadores e o povo exigem respostas e soluções. Não querem tacticismos mais ou menos eleitoralistas. Exigem a resolução dos problemas concretos. Exigem uma vida digna.

Hoje, há a oportunidade de travar esta degradação da situação do País e abrir caminho a uma política alternativa que responda aos problemas nacionais.

A unidade, a organização, a força da luta dos trabalhadores é o que determina o futuro e é o que está na origem das conquistas e avanços no nosso País.

Os trabalhadores e as populações tomarão nas suas mãos o seu destino e continuarão a lutar por uma política alternativa que defenda os seus interesses, demonstrando que, mesmo em situações difíceis, há esperança, uma esperança que não fica à espera, que intervém e luta por uma vida melhor.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, para o momento da votação e peço aos serviços para abrirem o sistema de verificação de quórum.

*Pausa.*

Se algum dos Srs. Deputados tiver dificuldade em registar-se, faça o favor de se identificar, para que os serviços possam considerar a sua presença.

Para além dos Srs. Deputados que estão presentes no Hemiciclo, temos mais seis Deputados a acompanhar os trabalhos remotamente.

Peço que se feche o sistema para fazer a verificação de quórum.

*Pausa.*

Temos 222 Srs. Deputados presentes no Hemiciclo, pelo que temos condições para proceder à votação. Pedia atenção para que este momento corra o melhor possível.

A votação é eletrónica, mas pedia que os Srs. Deputados se levantassem e carregassem no respetivo botão.

Vou, então, pôr à votação a Moção de Censura ao Governo n.º 2/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Travar a degradação da situação nacional, por uma política alternativa de progresso e desenvolvimento.

*Submetida à votação, não obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo-se registado 88 votos contra (78 do PSD, 8 da IL e 2 do CDS-PP), 14 votos a favor (5 do BE, 4 do PCP, 4 do L e 1 do PAN) e 126 abstenções (77 do PS e 49 do CH).*

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

Fica concluído este ponto único da nossa reunião plenária.

Despeço-me do Sr. Primeiro-Ministro e dos restantes membros do Governo. Os Srs. Deputados ainda ficam mais uns minutos só para eu anunciar a ordem do dia de amanhã.

A reunião plenária de amanhã será às 15 horas e terá sete pontos.

Ponto 1 — Reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 37/XVI — Reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho;

Ponto 2 — Apreciação da Petição n.º 5/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF – Federação Nacional dos Professores) — Horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes, melhorias das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 401/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela redução progressiva da componente letiva do trabalho semanal dos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, 558/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à revogação do atual sistema de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente, procedendo à alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário e 568/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Por melhores horários de trabalho para educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, e ainda com o Projeto de Resolução n.º 742/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão e alteração do regime de mobilidade por doença;

Ponto 3 — Apreciação da Petição n.º 8/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF — Federação Nacional dos Professores) — Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira, em conjunto com o Projeto de Lei n.º 6/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Contabilização integral do tempo de serviço dos professores e educadores;

Ponto 4 — Apreciação da Petição n.º 9/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF — Federação Nacional dos Professores) — Eliminar a precariedade na profissão docente, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs 154/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Cria o regime de compensação a docentes deslocados e 557/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço, e com o Projeto de Resolução n.º 746/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Eliminar a precariedade e promover o acesso aos mestrados em ensino e à profissionalização em serviço dos docentes com habilitação própria;

Ponto 5 — Apreciação das Petições n.ºs 6/XVI/1.<sup>a</sup> (FENPROF — Federação Nacional dos Professores) — Por um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente e 105/XVI/1.<sup>a</sup> (José Joaquim Pereira da Silva e outros) — Pela equidade no reposicionamento docente e correção de ultrapassagens, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 316/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e equidade na carreira docente, 578/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que reveja os critérios de reposicionamento na carreira docente de forma a garantir a correção das ultrapassagens na progressão da carreira, assegurando a contabilização de todo o tempo de serviço dos professores, independentemente da data de ingresso, 588/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, 711/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça na carreira dos técnicos superiores do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, 733/XVI/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo a correção de injustiças na carreira docente, 738/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda a adoção de medidas para efetivar o direito de todos os docentes ao posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado, 740/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Justiça para os docentes da escola pública, 741/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Valorização das longas carreiras contributivas e aplicação de um regime de aposentação específico para professores e educadores e 748/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Pelo fim das desigualdades na contagem do tempo de serviço dos professores;

Ponto 6 — Apreciação das Petições n.ºs 17/XVI/1.<sup>a</sup> (Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação – SINAPE) — Pela criação da carreira de técnico auxiliar de educação e 124/XVI/1.<sup>a</sup> (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais) — Pela criação de carreiras especiais para os



trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança, juntamente com o Projeto de Lei n.º 297/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação e com os Projetos de Resolução n.ºs 315/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo o incremento de formação adequada aos técnicos auxiliares não docentes no ensino escolar, 397/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira de técnico auxiliar de educação, 704/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados, 737/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Valorização profissional e reforço do número de trabalhadores não docentes na escola pública, 739/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a criação das carreiras especiais na área da educação, 743/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação da carreira de técnico auxiliar de educação e a sua respetiva valorização, 744/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes e 749/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Por uma carreira digna e justa para os técnicos auxiliares de educação;

Ponto 7 — Votações regimentais.

Boa tarde, até amanhã e muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

*Eram 18 horas e 57 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.